



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

LUIZ GONZAGA BAIÃO FILHO

A HISTÓRIA SEGUNDO VOLTAIRE

**JOÃO PESSOA
2008**

LUIZ GONZAGA BAIÃO FILHO

A HISTÓRIA SEGUNDO VOLTAIRE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia (UFPB), como requisito para obtenção do título de Mestre em Filosofia

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: História da Filosofia

Orientador: Prof. Dr. Iraquitan de Oliveira Caminha

JOÃO PESSOA
2008

B152h Baião Filho, Luiz Gonzaga

A história segundo Voltaire / Luiz Gonzaga Baião Filho.- João Pessoa, 2008.

87f.

Orientador: Iraquitan de Oliveira Caminha

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA

1. Arouet, François-Marie, 1694-1778. 2. Filosofia -

LUIZ GONZAGA BAIÃO FILHO

A HISTÓRIA SEGUNDO VOLTAIRE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia (UFPB), como requisito para obtenção do título de Mestre em Filosofia

Aprovada em: ___/___/2008

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Iraquitán de Oliveira Caminha
Orientador (UFPB)

Prof. Dr. Edmilson Menezes
Examinador (UFS)

Prof. Dr. Jaldes Reis de Menezes
Examinador (UFPB)

A Érika, minha companheira e mulher.

AGRADECIMENTOS

A minha família, especialmente aos meus pais (Luiz Gonzaga e Ivete) pelo apoio indispensável para enfrentar novos caminhos, e com eles a ajuda também de outras pessoas, como meus irmãos Neudilton Neto e Robson Luis.

A Sidrac, Lucas, Brunno, Glauco, com quem compartilhei muitos momentos de convivência, em comum por necessidades da vida universitária e pelas nossas experiências de vida, que foram construídas pela amizade.

A Marluce pela força e pelo estímulo que se intensificaram pela transformação em vínculos familiares.

Ao professor Iraquitã O. Caminha por proporcionar uma orientação paciente e com rigor.

Ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal da Paraíba pela importante contribuição a minha formação acadêmica e profissional.

A CAPES pelo apoio financeiro.

A Nathalya pela revisão completa do texto final para defesa.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

*Mais uma vez, se, em nosso século, que é da razão, publicam-se tais misérias, o que não terá sido feito nos séculos das fábulas? Se imprimem publicamente, nas maiores capitais, tantas mentiras históricas, quantos absurdos não eram escritos obscuramente em pequenas províncias bárbaras, absurdos multiplicados com o tempo por copistas e autorizados em seguida por comentários? (Voltaire. **O pirronismo da história**)*

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo realizar uma compreensão da concepção de história no pensamento de Voltaire, a partir da importância de pensá-la segundo o enfoque de três aspectos ou significados, que entrelaçados, a definem como relato crítico sobre a liberdade humana. A atitude crítica em Voltaire ocupa um aspecto da nossa reflexão na condução do conhecimento histórico, de acordo com a dialética entre saber e poder e seus desdobramentos na constituição de costumes, artes, leis, ciências, tanto no âmbito público, como no domínio privado dos valores e acontecimentos da vida do homem como ser sociável. Por isso, observamos que no movimento do Iluminismo emanou a preocupação de investigar os fenômenos humanos em sociedade e, apesar de não entender o Iluminismo enquanto um movimento filosófico de idéias homogêneas, a culminância da preocupação se ilustrava na defesa do processo de emancipação da razão humana. Portanto, outro aspecto do problema gira em torno da distinção entre história e fábula, mas, intercalada ao problema perpassa a relação que o liga com a visão de Voltaire sobre a liberdade humana, sobretudo porque a história é pensada em conformidade com o que faz o homem um ser livre, já que, a busca da liberdade de pensamento pelo homem é expressa por Voltaire através do progresso do espírito humano.

Palavras-chave: História. Estado. Religião. Fábula. Liberdade.

RÉSUMÉ

La présente dissertation a comme objectif réaliser une compréhension de la conception de l'histoire dans la pensée de Voltaire, à partir de l'importance de penser elle selon l'approche de trois aspects ou significations, qui entrelacés définissent comme histoire critique sur la liberté humaine. L'attitude critique dans Voltaire occupe un aspect de notre réflexion dans la conduction de la connaissance historique, conformément à la dialectique parmi savoir et pouvoir et leurs dédoublements dans la constitution des moeurs, arts, lois, sciences, tant dans le contexte public, que dans le domaine privé des valeurs et événements de la vie de l'homme comme être sociable. Donc, si observe que dans le mouvement de le Lumières émane la préoccupation de enquêter les phénomènes humains dans société et, malgré de ne comprendre pas de le Lumières comme un mouvement philosophique d'idées homogènes, la culminância de la préoccupation s'illustre dans la défense du procès d'émancipation de la raison humaine. Donc, l'autre aspect du problème tourne autour de la distinction parmi histoire et fable. Mais, intercalée au problème perpassa la relation que la ligue avec la vision de Voltaire sur la liberté humaine, surtout parce que l'histoire est pensée conformément à laquelle fait l'homme un être libre, depuis, la recherche de la liberté de pensée par l'homme est exprimée par Voltaire à travers le progrès de l'esprit humain.

Les mots clés: Histoire. État. Religion. Fable. Liberté.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.	9
2 A FILOSOFIA DA HISTÓRIA: como pensar a história?	17
2.1 HOMEM, SOCIEDADE E HISTÓRIA	17
2.2 O PODER DA AUTORIDADE DO ESTADO E DA RELIGIÃO	23
2.3 O ESPÍRITO DAS NAÇÕES CHINESA E ROMANA	35
2.4 A HISTÓRIA PENSADA COMO CRÍTICA	43
3 HISTÓRIA VERSUS FÁBULA	48
3.1 VERDADE E FALSIDADE SOB O OLHAR DOS RELATOS	48
3.2 PORQUE A HISTÓRIA É RELATO?	56
3.3 O HISTORIADOR DAS <i>CARTAS INGLESA</i> S	61
4 HISTÓRIA E LIBERDADE HUMANA	69
4.1 DO CIVILIZADO NO SELVAGEM E DO SELVAGEM NO CIVILIZADO	69
4.2 A CONQUISTA DO TEMPO PRESENTE	75
4.3 A LIBERDADE HUMANA NO “MUNDO COMO ESTÁ”	80
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87

1 INTRODUÇÃO

Ainda uma vez, é impossível à natureza humana permanecer nesse entorpecimento imaginário. É absurdo pensá-lo e insensato pretendê-lo. O homem nasceu para a ação, como o fogo tende para o alto e a pedra para baixo. Para o homem, não se ocupar e não existir é a mesma coisa. Toda diferença consiste nas ocupações amenas ou tumultuosas, perigosas e úteis.

Voltaire

Do Iluminismo, movimento filosófico, científico e cultural que teve seu auge no século XVIII, principalmente na Europa, emergiu um novo momento no debate em torno da definição da história como forma ou tipo de conhecimento humano, e ao mesmo tempo de sua relação problemática com a idéia de natureza humana, tema de alcance profundo que movimentou o debate iluminista entre os conceitos de história e natureza.

A obra de Voltaire, isto quer dizer o seu percurso intelectual, que compreende justamente quase todo o século XVIII, tornou o debate entre natureza e história no Iluminismo ainda mais polêmico, não somente pela verve irônica de seus escritos, mas principalmente pelo novo significado que o tema assumiu após o emprego do termo filosofia da história com o movimento iluminista, e particularmente por Voltaire.

De modo geral, a presente dissertação consiste no estudo sobre o conceito de história no pensamento do autor de *Cândido*, François-Marie Arouet (1694-1778), mais conhecido por Voltaire, tendo em vista a importância que o conceito em questão ocupa em suas investigações filosóficas. Tal importância, ao pensar a relação entre sua vida e sua obra, se deve ao fato de Voltaire investigar a constituição do espírito humano a partir das revoluções

que a história opera nos homens, sobretudo pela necessidade que os homens, em diferentes épocas e lugares, tiveram de formar uma visão da história.

Nosso propósito, portanto, é refletir como e por que o espírito é considerado como ponto de partida para propor sua visão da história universal, isto quer dizer filosófica, quando define o movimento do espírito como princípio que identifica a natureza humana e as condições históricas pelos diferentes costumes, leis, nações, artes e ciências¹ entre homens, sociedades e nações.

A razão, no século XVIII, ocupou o lugar de luzes na condução do saber, sendo definida como fundamento que garantia a existência de uma ordem no universo. No movimento das Luzes emergiu a preocupação de refletir os fenômenos humanos em sociedade, e apesar de não entendermos o Iluminismo enquanto um movimento filosófico de idéias homogêneas, a culminância da preocupação se “ilustrava” na defesa do processo de emancipação da razão humana. Contudo, em relação ao fato de a razão ser considerada como fio condutor para alcançar o verdadeiro conhecimento histórico, e devido à história também possuir uma dimensão fabulosa, nosso propósito consiste em buscar uma compreensão do conceito de história na filosofia² de Voltaire.

O conhecimento acerca da realidade histórica do homem deve ser fruto de um procedimento racional, que examine as transformações do espírito humano ao longo da história universal. Ao abordar a história sob esse ponto de vista, Voltaire designa como suporte a idéia de progresso, que expressou como “movimento” que possibilita as transformações do espírito humano no curso da

¹ O termo *philosophie de l'histoire* empregado por Voltaire não representa propriamente um sistema filosófico, como a filosofia da história assumiu com o idealismo, ou mesmo sua sistematização em uma única obra, mas uma tomada de consciência proposta por Voltaire e pelo Iluminismo de modo geral, de acordo com Pomeau (2000:7). Publicada com uma introdução em que define o termo história, *A filosofia da história* reuniu também o *Ensaio sobre os costumes*, texto que abrange uma história universal das sociedades da Antiguidade, desde a China até a queda do império romano, aos tempos de Carlos Magno e dos reinos francos.

² Em *Voltaire e o Iluminismo* John Gray afirma que Voltaire tinha como objetivo principal fundar um novo credo, o que denominou de “crença humanista do Iluminismo”, e “em nada contribuiu para a ética ou a teoria do conhecimento” (1999:7). Numa perspectiva diferente de Gray, se destaca em *As máscaras da civilização* de Jean Starobinski (2001) uma interpretação que considera sua obra tanto uma filosofia de um estilo como o estilo de uma filosofia pela metáfora “o fuzil de dois tiros de Voltaire”, um estilo filosófico de derrisão que parte de uma narrativa irreal para desvendar o real. É isso que faz do estilo da derrisão e seu uso sistemático uma filosofia em Voltaire.

história, idéia através da qual resultaram suas investigações na análise dos relatos históricos produzidos pelos povos.

As civilizações do Oriente ao Ocidente produziram registros em que perpassam traços comuns nos relatos sobre a existência de deuses ou de um único Deus, da vida e da morte, do homem possuir uma alma e a mesma ser imortal, entre outros mistérios que o espírito humano tinha diante de si. Dessa maneira, que fundamentos filosóficos são definidos por Voltaire para examinar o fluxo dos fenômenos humanos conforme sua visão da história?

De início, o estudo da filosofia da história³ deve apresentar os fundamentos para se pensar a “marcha do espírito humano abandonado a si mesmo” (2007:49), tendo em vista a certeza e incerteza dos relatos históricos. Por conseguinte, Voltaire defende a necessidade de escrever a história de maneira filosófica, a partir da distinção operada sob o que define como história, publicada pela primeira vez na *Encyclopédie* organizada por Diderot e D’Alembert.

Segundo Koselleck (1992), a história enquanto expressão íntima da atividade humana, neste momento ganhou uma nova conotação, agora de caráter universal, superando a concepção predominante desde a Antiguidade até o começo do século XVIII, que concebia a história somente como histórias dos homens em um determinado tempo e lugar, na qual prevalecia o relato histórico em forma de narrativa.

Este valor designativo da história, como relato pluralista dos fenômenos humanos, teve na Grécia uma expressão muito forte na poesia e na própria maneira como era entendida a história. Basta remontarmos as obras atribuídas a Homero, *Ilíada* e *Odisséia*, para perceber a presença marcante deste valor pluralista da história, ou mesmo em Heródoto, considerado pelos historiadores como o “pai da história”. Entre os filósofos, a história é entendida também como relato pluralista, como pode ser observado na *Poética* de Aristóteles, quando compara a atividade do poeta com a do historiador. Na *Poética*, Aristóteles

³ A expressão *philosophie de l’histoire* foi utilizada pela primeira vez em 1765 pelo próprio Voltaire para apresentar seu “projeto” da história universal, ano de publicação do *Essai les moeurs* (Ensaio sobre os costumes), todavia, é bastante problemática uma compreensão do termo no sentido estrito em sua obra, mesmo tendo ele forjado como conceito.

estabelece uma distinção categórica, que se tornou clássica ao longo dos tempos, de que a poesia é superior à história em filosofia e circunspeção, quando dizia que o:

historiador e o poeta não se distinguem por escrever em verso ou prosa; caso as obras de Heródoto fossem postas em metros, não deixaria de ser história; a diferença é que um relata os acontecimentos que de fato sucederam, enquanto o outro fala das coisas que poderiam suceder. E é por esse motivo que a poesia contém mais filosofia e circunspeção que a história; a primeira trata das coisas universais, enquanto a segunda cuida do particular. Entendo que tratar de coisas universais significa atribuir a alguém idéias e atos que, por necessidade ou verossimilhança, a natureza desse alguém a exige; a poesia, desse modo, visa o universal, mesmo quando dá nomes a suas personagens. Quanto a relatar o particular, ao contrário, é aquilo que Alcibíades fez, ou aquilo que fizeram a ele (ARISTÓTELES, 2000, p. 47)

Mesmo a história sendo no século XVIII definida como relato do particular, o Iluminismo buscava um conteúdo universal para definição do conceito de história, o que correspondia por verossimilhança à natureza humana. Mas, afinal, qual o objetivo de Voltaire ao pensar o conceito de história à luz da atividade científica moderna⁴? Que estatuto científico de certeza e incerteza deve ser assumido para investigar o sentido do conceito de história? Na introdução da obra *A filosofia da história*, Voltaire apresenta uma classificação da história conforme a proveniência dos assuntos, a partir da distinção entre história e fábula. A primeira é entendida como o relato dos fatos considerados verdadeiros, já a fábula constitui o relato dos fatos dados como falsos.

Esta diferenciação entre história e fábula marcou o trajeto da abordagem de Voltaire na análise crítica das fontes e dos testemunhos que compõem o quadro da história universal, tanto em relação aos “homens de letras” que escreveram a história, como acerca do que os homens adquiriram socialmente no curso da história dos povos.

⁴ Voltaire elaborou sua visão da história humana, a partir da crítica de uma leitura cartesiana dos fenômenos humanos, mediante o diálogo com a física moderna de Newton e a filosofia empírica de Locke.

Portanto, Voltaire construiu a história enquanto objeto conceitual de investigação da realidade, e com isso pressupôs princípios que possibilitam vislumbrar, entre as regularidades e inconstâncias da vida dos povos, o que permanece o mesmo na natureza humana.

No entanto, se é a história que constitui o espírito do tempo e de um povo, possibilitando perceber a mudança no fluxo dos fenômenos humanos, então, nosso objetivo é entender que categorias filosóficas Voltaire atribuiu para inferir sobre a marcha do espírito humano. Logo, o estudo sobre o sentido do conceito de história deve contribuir para a compreensão das categorias que orientam a discussão em torno da filosofia da história, possibilitando perceber a mudança de conteúdo levada a cabo pelo Iluminismo. Rousseau, por exemplo, também atribuiu à natureza humana um conteúdo imutável, mas ao contrário da maioria dos pensadores iluministas, a história era vista como decadência e marcada pela desigualdade entre os homens.

A contribuição da proposta em debate nos parece fecunda, pois entendemos que a filosofia enseja um caminho bastante amplo no tocante as considerações sobre o conceito de história no pensamento iluminista de Voltaire. E não somente, pois na busca de compreender o mundo em que vivemos, percebe-se que a filosofia aporta nas nossas vidas de modo a alargar o horizonte para realmente conquistar o conhecimento histórico da época.

Ao discutirmos a história, nos aprofundando em reflexões filosóficas, torna-se viável uma pesquisa que privilegia o conhecimento de maneira mais abrangente e profunda. No século XVIII, a própria história passa a receber um tratamento diferente, e, como objeto da reflexão filosófica, aponta para a abertura de um novo horizonte de inquietações.

Vale ressaltar que o próprio conceito de história expressa uma forte carga semântica, até mesmo ambígua, pois pode se referir tanto à realidade histórica (história), como à ciência (História) que investiga essa realidade, até mesmo no sentido da ciência que problematiza a produção deste conhecimento, exercida no domínio da historiografia (MORA, 1993). Mas afinal, em que consistia o tratamento dado ao conceito de história por Voltaire?

Ao tentar compreender a natureza de um conceito, é possível conceber que a história comporta de forma sintetizada e abstrata uma teoria. Segundo Koselleck, em *Uma história dos conceitos*, ao analisar justamente a problemática em questão, torna-se viável empreender a investigação sobre a natureza teórica de um conceito. Este problema é possível de ser tratado empiricamente, sendo que as fontes servem de suporte para a realização:

A história dos conceitos pode ser pensada a partir de um procedimento metodológico que poderíamos chamar de Seleção (*Ausgrenzung*) daquilo que diz respeito a um conceito daquilo que não diz respeito, o que pode vir a ser realizado, em grande parte, pela análise da língua. (KOSELLECK, 1992, p. 137).

A questão fundamental é a compreensão do conceito de história, mas ligada ao problema perpassa uma relação que traz à tona considerações de Voltaire sobre a natureza humana. Sobretudo porque a história é pensada em conformidade com o que faz do homem um ser livre, já que a liberdade de pensamento é definida por Voltaire através do progresso do espírito humano. No *Dicionário filosófico*, Voltaire chama atenção para a transformação pela qual passa o conceito de história:

Ocorre com a história o mesmo que com a matemática e a física: a estrada alongou-se prodigiosamente. Atualmente é mais fácil fazer uma coletânea de jornais do que escrever a história (VOLTAIRE, 1978, p. 208).

Com isso, Voltaire pretendeu investigar a natureza do conceito de história a partir do próprio processo civilizador da humanidade, de acordo com a regularidade e inconstância da realidade dos fenômenos humanos. Civilização e liberdade são pensadas segundo o complexo conceito filosófico de história. No entanto, se com a filosofia buscava-se descobrir as causas da mudança no processo histórico, que juízos são atribuídos ao estado de

natureza e as condições históricas de vida do gênero humano? A respeito da abordagem apropriada para realizar a elaboração da história universal, Voltaire propôs o seguinte:

O importante, pois, é saber que o método conveniente a história de seu país não é próprio para descrever as descobertas do Novo Mundo; que não se deve escrever sobre uma aldeia como se escreve sobre um império, que não se pode escrever a *história privada* de um príncipe como se fosse da França e da Inglaterra. (VOLTAIRE, 1978, p. 209).

Como o propósito é investigar que fundamentos norteiam as considerações de Voltaire sobre as relações entre natureza e história, torna-se necessário relacioná-las com outras questões pertinentes da abordagem filosófica, como a questão da liberdade de pensamento. Compreendemos que a questão da liberdade ocupa um lugar fundamental na filosofia da história de Voltaire, principalmente na maneira como problematiza a natureza humana, ponto central de suas preocupações.

Portanto, ao abordar o problema da relação entre natureza e história no pensamento de Voltaire enfocamos três aspectos ou significados para a compreensão do conceito em questão. No primeiro capítulo, a história é vista a partir da definição do homem como ser sociável. Ao argumentar em torno deste aspecto do conceito de história, compreendemos o quanto a natureza humana e as condições históricas das sociedades nos mostram até que ponto o conhecimento histórico é visto em Voltaire como crítica do poder temporal da autoridade do Estado e da Religião.

Já no segundo capítulo, ao analisar a tensão existente entre história e fábula, em que ambas são correlacionadas de maneira contraditória, fica evidente o caráter conflituoso dos relatos, sejam históricos ou fabulosos. E devido a esta contradição é posta em questão a própria autenticidade e utilidade dos relatos, por causa da intervenção do poder temporal da autoridade do Estado e da religião na vida pública e privada dos homens em sociedade. Por conseguinte, é preciso pensar a história como relato ou

narrativa crítica da marcha do espírito humano, abandonado a sua própria liberdade, quer dizer a si mesmo.

Por último, no terceiro capítulo, é relevante entrelaçar os dois aspectos ou significados anteriores, em que a história é considerada enquanto relato crítico sobre a natureza humana e suas condições históricas – sobretudo, por a liberdade humana ser o pano de fundo que comporta e proporciona Voltaire enunciar suas considerações a respeito do conceito de história. Por conseguinte, é preciso ter em vista que o entrelaçamento dos aspectos que enfocamos para compreender o conceito de história em Voltaire, leva-nos a perceber a importância de pensar a história além da atuação do poder temporal da autoridade do Estado e da Religião no curso dos acontecimentos humanos. Principalmente, por compreender a história, segundo Voltaire, como relato crítico sobre a liberdade humana.

2 A FILOSOFIA DA HISTÓRIA: como pensar a história?

Eu gostaria mais de dizer como realmente era, então, a sociedade dos homens, como se portavam eles no interior dos seus lares, que artes cultivavam, do que repetir a narrativa de tantas desgraças e de tantos combates, sinistros objetivos da história e lugares-comuns da maldade humana.

Voltaire

2.1 HOMEM, SOCIEDADE E HISTÓRIA

De início, compreende-se que refletir sobre a concepção de história no pensamento de Voltaire significa perceber a importância que a história ocupa em seus questionamentos a respeito da natureza humana e da sociedade. Em seu *Ensaio sobre os costumes e o espírito das nações*, anteriormente publicado com o título de *História universal*, são definidas suas considerações sobre a história a partir dos costumes, e também através do que designa como o espírito das nações, ou ainda como espírito dos povos. A propósito, refletir sobre a história de um ponto de vista universal, e, portanto, filosófico, implica em compreender a história, segundo Voltaire, como a marcha do espírito humano.

Aliado a isso, ele acrescenta que além da marcha, compreendida como o processo histórico, o espírito humano encontra-se abandonado a si mesmo. Com isso, a natureza humana experimenta a necessidade de superar esse estado de abandono. Tal definição, a princípio, nos leva a pressupor que a noção de experiência é fundamental para compreender o que é a história, sobretudo em consequência da possibilidade do homem superar esse estado de abandono a partir dos limites de sua própria natureza.

Logo, percebemos que foi a necessidade que moveu o homem a sair do estado em que se encontrava abandonado, e que lhe impulsionou na luta pela

sobrevivência, por intermédio do instinto que busca preservar a vida. Mas nem sempre foi assim que aconteceram as coisas, pois a natureza oferece mostras de que tanto o globo terrestre, como o próprio homem, passaram por revoluções que modificam constantemente o estado das coisas.

O planeta em que vivemos nunca foi sempre o mesmo, e nem mesmo o homem, quanto às mudanças perceptíveis ao longo do tempo e do espaço. Voltaire, em várias de suas obras filosóficas, históricas e literárias, convida o leitor a perceber as mudanças na constituição do globo terrestre e na condição humana, e mostra que diferentes espécies de homem habitam o mundo. Isso nos remete a refletir com mais alcance sobre o pensamento do autor, com a finalidade de compreender a noção de homem, pois a partir dela podemos aprofundar a questão do estudo da história, porque segundo Voltaire “o que não está na natureza nunca é verdadeiro” (2007:78).

Como leitor de Locke, Voltaire acredita que o conhecimento é adquirido pelo homem por intermédios dos sentidos, e a memória, como qualidade ou atributo da natureza humana, serve como instrumento para originar idéias, palavras, enfim, produzir a linguagem através do relato, da narrativa. O esquecimento impõe limites à memória dos homens, condenados a viver atrás da lembrança do passado, restando praticar a tolerância para manter um mútuo entendimento. A memória produz o entendimento humano do sentido das coisas no plano de constituição das idéias humanas, pois “sem memória não há senso”. A palavra senso traduz o que Voltaire chama de espírito.

A noção de natureza deve ser tomada como medida que assegura a ordem na variedade dos fenômenos. Segundo Mora, em seu *Dicionário de Filosofia*, na época moderna surgiram várias definições do termo natureza (*natura*), mas dentre as definições que são apontadas, nos deteremos na que define a natureza como “um modo de ver a realidade ou parte da realidade que se deu no decorrer da história e que... engendra um ‘conceito histórico’ ou ‘idéia de Natureza como história’, etc.”. (2001:499); pois, a nosso ver, é a que mais se aproxima da noção definida por Voltaire.

Em *A filosofia do iluminismo*, Cassirer trata em linhas gerais o contexto do movimento iluminista, a partir do que considera como uma “fenomenologia do espírito filosófico”, ao apresentar uma história das idéias da época. E interpretou o movimento segundo um centro único de perspectiva que buscava

comportar dentro da diversidade de pensadores o ponto convergente do movimento, a crítica aos sistemas metafísicos:

ao abandonar o *esprit de système*, ao bater-se contra ele, nem por isso o Iluminismo renuncia ao *sprit systématique*, ao qual pretende, pelo contrário, inculcar mais valor e eficácia [...] Já não está separada das ciências da natureza, da história, do direito, da política; numa palavra, ela é o sopro tonificante de todas essas disciplinas, a atmosfera fora da qual nenhuma delas poderia viver. Que consegue sempre extravasar do quadro rígido do sistema e libertar-se, justamente nos espíritos mais fecundos e mais originais, da sua estreita disciplina [...] A totalidade desse movimento incansavelmente flutuante, em permanente fluxo, não poderia reduzir-se a uma simples soma de opiniões individuais” (p. 78, 1994).

No *Tratado de Metafísica*, encontramos um tratamento peculiar a respeito do problema da natureza humana, sendo que o mesmo centraliza a discussão em torno dos principais problemas da tradição filosófica abordados por Voltaire, como a questão da existência e causalidade das coisas, de Deus, da alma, do corpo, da liberdade, da virtude e do vício. Todavia, segundo Voltaire, todas estas questões convergem na medida em que tomamos o homem enquanto um ser sociável.

Seja como for, como aqui minha principal finalidade é examinar o homem sociável, e só podemos ser sociáveis se houver uma sociedade, e, por conseguinte, objetos fora de nós, os pirronianos me permitirão começar por crer firmemente que há corpos, sem o que seria preciso que eu recusasse a própria existência desses senhores (1978:71).

Nesta passagem, percebemos que Voltaire assinala a existência do homem enquanto ser social (*être sociable*), como condição fundamental para compreender a noção de homem. No entanto, esta categoria filosófica não concerne apenas ao sujeito tomado de modo individual, pois também expressa sentido quando percebemos que existem diferentes tipos de sociedades constituídas segundo o que Voltaire denomina como corpo de povo (*corps de peuple*).

E é neste último sentido, que vamos deter nossa maior atenção, pelo fato de Voltaire atribuir à história o lugar comum para compreender a noção de homem como ser social, conforme os pressupostos que constitui o que denomina como filosofia da história. E sendo a história, o objeto de investigação que pode proporcionar considerações a respeito da marcha do espírito humano, torna-se necessário ao filósofo chegar ao verdadeiro conhecimento da história do homem como um ser sociável.

Observa-se que o aspecto filosófico da questão, isto é, da reflexão sobre o que constitui a natureza humana para Voltaire, de um lado nos remete a compreender o advento da sociedade como ponto de partida para saber o que é o homem; e de outro lado, faz também que o vejamos a partir daquilo que ele produziu em sociedade.

Assim, primeiramente, Voltaire decide que a questão de chegar a conhecer os primórdios da sociedade não se resolve do ponto de vista metafísico, ao admitirmos que o homem é dotado de alma, e que a mesma é imortal. Pois ao acreditar que o homem possui uma alma, imutável e eterna, nunca chegaremos ao *primeiro motor*⁵ que fez o homem um ser sociável, devido aos limites do espírito humano.

Mas, de outro modo, ao acompanhar sua crítica à metafísica clássica, podemos partir do estudo da história para compreender a noção de homem; e ao mesmo tempo se apoiar na história para perceber a existência das mudanças que o homem produziu em sociedade. Perante a situação de realizar este propósito, dizia Voltaire que:

Na investigação do homem gostaria de conduzir-me como faço no estudo da astronomia: meu pensamento se transporta algumas vezes para fora do globo terrestre, acima do qual todos os movimentos celestes parecem irregulares e confusos. E após ter observado o movimento dos planetas como se estivesse no Sol, comparo os movimentos aparentes que vejo

⁵ Voltaire afirma que, para conhecer o homem, não devemos partir de idéias tomadas de modo independente da realidade percebida pelos sentidos, porque conhecemos o que tem origem no movimento. Portanto, que “se julgue somente qual é a opinião mais provável, com a mesma equidade com que se julgam as coisas em seu curso ordinário!” (2007:67).

sobre a Terra com os movimentos verdadeiros que veria se estivesse no Sol. Assim farei também ao estudar o homem: colocar-me-ei primeiramente fora de sua esfera, fora de seus compromissos, despojar-me-ei de todos os preconceitos de educação, de pátria, e, sobretudo, dos preconceitos de filósofo (VOLTAIRE, 1978, p. 61).

Para ir adiante, é preciso perceber como Voltaire define as relações históricas do homem enquanto ser social. Assim, o instinto de conservação da vida e a perpetuação da espécie, que é comum a todos os animais, a princípio, definem o estado natural da noção de homem. Com o tempo, aconteceram avanços em relação à luta pela sobrevivência, que levaram o homem a realizar necessidades que iam além do instinto. E devido os sentidos pelo qual percebe as mudanças que acontecem ao seu redor, foi possível adquirir sensações dos objetos que tinha perante si. Aliado a estes sentimentos, que Voltaire defende como oriundos do instinto natural, o homem pôde realizar significativos avanços em relação ao estado estritamente instintivo.

Na esteira desse pensamento, procuramos compreender a noção de homem a partir do ponto de vista que considera a mudança tanto como um avanço em relação à condição anterior, como algo que proporciona a aquisição da experiência vivida pelo gênero humano. E é por este motivo que seguimos em direção do conhecimento das causas que fez sentir no homem a necessidade de viver em sociedade. Mas foi necessário:

um concurso de circunstâncias favoráveis durante séculos para que se forme uma grande sociedade de homens reunidos sob as mesmas leis; elas são necessárias até mesmo para formar uma linguagem. Os homens não articulariam se não lhes ensinassem a pronunciar palavras; só soltariam gritos confusos; só se fariam entender por sinais [...] Mas quão longe está esse jargão bárbaro da arte de pintar seus pensamentos! A distância é imensa [...] ao contrário, era muito mais fácil encontrar uma companhia de lobos do que uma sociedade de homens (2007:46-47).

Esse estado do homem, definido como selvagem, se modificou conforme o homem adquiria experiência, por meio dos avanços que mudavam a situação anterior do seu modo de existir. E, a cada momento de mudança, a experiência estabelecia costumes, que repercutiam pouco a pouco na vida do homem em sociedade. Mas, o que fez o homem afastar-se paulatinamente do estado anterior que o fazia existir como selvagem?

Vemos novamente que o ponto crucial para compreender as causas que fazem os homens fundar a sociedade é perceber que sentimentos os levaram a isso. Neste trecho, Voltaire demarca a divisa da vida do homem como ser social:

O homem, em geral, sempre foi o que é [...] Mas sempre teve o mesmo instinto, que o leva a se amar em si mesmo, na companhia do seu prazer, em seus filhos, em seus netos, nas obras de suas mãos [...] Tendo o fundamento da sociedade desde sempre existido, sempre houve portanto alguma sociedade; não éramos feitos, pois, para viver a maneira dos ursos (2007:61).

Todavia, depois de compreender o advento da sociedade como mudança necessária do instinto humano, percebemos que todos os povos para Voltaire estão sujeitos às mudanças que os fizeram produzir distintos costumes, de acordo com a existência de diferentes espécies do gênero humano, “que povoam as quatro partes conhecidas do nosso mundo” (2007:41).

Essa diferença pode ser assinalada por Voltaire, não somente do ponto de vista da diversidade de espécies que constituem a noção de homem, como também, acerca dos costumes que assinalam diferenças entre as sociedades constituídas enquanto um corpo de povo. Então, os costumes foram responsáveis pela formação dos povos? Mas, como as sociedades expressam seus costumes? Neste caso, devemos compreender a formação das sociedades a partir da instituição dos costumes. Porque aliado ao instinto que o movimenta em direção a sociedade, o homem detém sentimentos decorrentes

das aquisições que experimenta, devido à capacidade perceptiva da memória. Entretanto, o avanço experimentado pelo homem em sociedade fez com que ele articulasse, através da língua, o conjunto de aquisições oriundas da experiência como ser social.

Esse esforço de compreender a noção de homem, antes de adentrar com mais ênfase no problema da história, traz à tona a visão filosófica de Voltaire da natureza humana. Sendo esta mesma idéia de natureza, fundamentada na filosofia da história, que ele toma como suporte para narrar e julgar o processo histórico do espírito humano.

E já que não podemos compreender a concepção de história sem levar em conta o desenrolar da experiência do homem em sociedade, então, é fundamental abordar a visão que Voltaire lança sobre a antiguidade das nações do Oriente ao Ocidente, principalmente acerca da história dos costumes que deram origem às primeiras sociedades.

2.2 O PODER DA AUTORIDADE DO ESTADO E DA RELIGIÃO

Assim como o universo é governado por leis físicas que regulam o movimento dos fenômenos naturais, do mesmo modo, segundo Voltaire, o homem deve em última instância ter adquirido algum conhecimento com o tempo, que tornou possível aprender a causa que ditava a ordem da experiência em sociedade. Além de ter adquirido costumes que variavam conforme o tempo e o lugar onde viviam as diferentes espécies, os povos desenvolveram o uso da língua, de acordo com o conjunto de aquisições oriundas da experiência.

A respeito da visão de Voltaire sobre a história da religião e do domínio religioso dos acontecimentos humanos, deve-se levar em conta menos a crítica do conteúdo das doutrinas religiosas, do que a crítica ao resultado das práticas humanas ao longo da história, amparadas de acordo com crenças e valores da religião. Porém, vale salientar que é o Catolicismo o alvo principal do combate

de Voltaire, por causa do caráter religioso que envolvia o conhecimento da história; principalmente, devido à forte expansão desta religião no mundo e sua predominância na França do século XVIII. Sobre o resultado das práticas humanas em nome da religião, Voltaire assevera que os:

sacrifícios humanos, apesar de estabelecidos entre quase todos os povos, raramente foram postos em prática. Imolados, entre os judeus, só temos a filha de Jefté e o Rei Agag, pois não o foram Isaac e Jônatas. A história de Ifigênia não está bem esclarecida, no que concerne aos gregos; e entre os antigos romanos rarearam muito os sacrifícios humanos. Em suma, a religião pagã pouco sangue fez verter e a nossa cobriu a terra de sangue. A nossa é seguramente a única boa, a única verdadeira; mas tanto mal temos feito por seu intermédio que devemos ser modestos quando falamos das outras” (1978:278).

Mas, como pôde a sociedade ir além da capacidade oral de transmissão dos costumes? Afinal, o conhecimento histórico adquirido através da memória não se altera com o movimento das experiências? Para Voltaire, o uso da língua falada alterava a percepção do homem acerca dos objetos, tanto dos que estavam ao redor como dos que provinham da imaginação. Neste momento da história, os povos ainda não haviam estabelecido em leis, as aquisições oriundas da experiência em sociedade, a não ser pelos costumes através da memória, uma vez que,

a razão disso é que os homens tiveram de viver por muito tempo como um corpo de povo e aprender a fazer pão e roupa (o que era difícil), antes de aprender a transmitir todos os seus pensamentos à posteridade (o que era mais difícil ainda). A arte de escrever certamente não tem mais de seis mil anos entre os chineses; e, não obstante o que tenham tido os caldeus e os egípcios, não há indício de que eles tenham sabido escrever e ler corretamente mais cedo (2007:10).

Então, Voltaire considera que o advento da escrita mostra que o homem avançou lentamente da condição de um “raciocínio natural da ignorância que começa a raciocinar” (2007:48). Neste sentido, a noção de homem, no desenrolar da experiência e com o avanço das aquisições, tanto orais como escritas, é fundamental para compreender a concepção de história⁶.

Mas, é preciso abordar no quadro da marcha do espírito humano apresentada por Voltaire, suas considerações a respeito dos costumes e dos usos destas aquisições adquiridas pelo homem em sociedade. Para isso, vamos partir da definição e dos primeiros fundamentos estabelecidos por Voltaire sobre a história, ao abordá-la a partir da perspectiva da relação direta entre os povos segundo o desenrolar do processo histórico. Mas, se o homem, através dos costumes e das leis, conseguiu estabelecer uma vida sociável, pode-se dizer, então, que as questões como a crença da existência e da causalidade das coisas, de Deus, da alma, entre outras, tiveram começo na experiência sociável do homem? É certo que, conforme Voltaire:

Quase todos os povos, mas sobretudo os da Ásia, têm uma quantidade de séculos que nos assunta. Esta conformidade deles deve pelo menos nos fazer examinar se as idéias que tem sobre essa antiguidade são ou não destituídas de verossimilhança (2007:45).

Apesar de termos visto que Voltaire compara e julga o grau de civilidade dos povos a partir do que considera como fruto da experiência em sociedade – como os costumes, e, posteriormente, com a invenção da escrita, o advento das leis –, temos que observar que a sucessão de mudanças sugere uma cadeia que liga os mais diferentes acontecimentos. Por esta razão a marcha do gênero humano não é de todo compacta, como uma mônada que não possui

⁶ A importância dedicada por Voltaire a refletir sobre a história, se apresenta no conjunto de sua obra como escritor. A preocupação em analisar e situar historicamente fatos e relatos ocorridos são resultado do interesse crítico pelos assuntos humanos que caracteriza para ele o estudo da história. Em *Voltaire: a razão militante*, Maria das Graças de Souza diz o seguinte: “Sua obra de historiador é inspirada pelo que ele mesmo denomina ‘uma filosofia da história’, entendida tanto como uma maneira peculiar de compreender o processo histórico como de reconstituí-lo para o leitor do presente” (1993:45).

nem portas, e nem janelas⁷, pois “nem todo movimento se propaga progressivamente, até dar a volta ao mundo” (1978:115). Nesta passagem, cabe destacar a idéia de progresso, presente na investigação dos fenômenos físicos, como categoricamente apresentada para avaliar o avanço dos diversos povos em relação à história do espírito humano. Mas, é importante observar que Voltaire busca conhecer o espírito das nações à luz do que constitui a base da filosofia da história, e para isso, toma a história como divisa para analisar a relação dos povos, segundo o desenrolar do processo de constituição das sociedades civilizadas.

Portanto, compreendemos⁸ a expressão filosofia da história como uma tomada de consciência que Voltaire assume perante a marcha do espírito humano – aliás, não somente Voltaire, mais os diversos pensadores do movimento das Luzes ou Iluminismo. Dentre os pensadores podemos destacar, em meio à heterogeneidade de idéias, o filósofo Immanuel Kant, que colocou o próprio *Aufklärung*⁹ como saída do homem para sua emancipação, em seu opúsculo *Resposta à pergunta: o que é esclarecimento?*.

No caso de Voltaire, cabe compreender como definia as características que constituem a história do progresso do espírito humano conforme a relação existente entre os povos, apesar da vida do homem em sociedade estar sujeita a rupturas ou discontinuidades. Então, devemos refletir porque o espírito¹⁰ é concebido como ponto de partida para realizar a reconstituição da história universal ao leitor do presente. Isto é, porque o espírito define as diferenças entre costumes, leis, nações, artes, ciências, enfim, manifestadas nas relações

⁷ O combate de Voltaire ao sistema da harmonia preestabelecida consistiu na *crítica* à filosofia leibniziana do melhor dos mundos possíveis, que procura justificar a existência do mal no mundo como necessária para a realização de fins divinos. Esta crítica está situada em vários textos de Voltaire, e com mais ênfase no *Cândido*, que põe em cena o conflito presente entre a máxima panglossiana do ‘tudo está bem’, com os acontecimentos turbulentos e massacrantes vividos nas andanças de Cândido e das demais personagens.

⁸ A interpretação proposta por René Pomeau no prefácio das *Oeuvres historiques*, chama atenção para o significado da expressão *philosophie de l’histoire* como um saber empírico. Por isso, partimos da noção de homem como ser social para compreender a concepção de história em Voltaire, desse modo, segundo Pomeau: “A história de Voltaire historiador é aquela de uma tomada de consciência” (POMEAU, apud: VOLTAIRE, 1957:07).

⁹ Que significa esclarecimento.

¹⁰ Conforme Cassirer, a definição do termo espírito, em Voltaire, possui uma maior envergadura em relação a Montesquieu, pois o “centro de gravidade da história foi assim deslocado, segundo uma intenção metodológica consciente da história política para a história do espírito. Aí reside o traço característico que distingue nitidamente Voltaire de Montesquieu” (CASSIRER, 1994, p. 292).

históricas das sociedades enquanto um *corpo de povo*. O que Voltaire nos dizia a respeito do conhecimento adquirido pelo homem através da experiência em sociedade é que:

[...] está provado portanto que a natureza por si só nos inspira idéias úteis que precedem todas as nossas reflexões. O mesmo ocorre na moral. Todos nós temos dois sentimentos que são o fundamento da sociedade: a comiseração e a justiça (2007:63).

Com isso, o objetivo é mostrar como Voltaire julga o espírito dos povos ou espírito das nações, tendo em vista a necessidade sob a qual os homens experimentaram para garantir o estabelecimento da ordem na sociedade. Primeiro, ao compreender que Voltaire apresenta a relação histórica dos povos através dos sentimentos mencionados na frase acima, vemos que é de acordo com esses sentimentos que os povos julgaram os acontecimentos da vida social, tanto a partir de costumes, como de leis. Mas, para que algum acontecimento na sociedade seja julgado, devemos vislumbrar na história o momento que os homens passaram a ter autoridade para garantir a ordem na sociedade. Já que os povos vivem sob o domínio exercido pelo poder temporal da autoridade, como nos dizia Voltaire sobre as nações da antiguidade:

Parece que a maioria das antigas nações foi governada por uma espécie de teocracia. Comece pela Índia, e você verá os brâmanes por muito tempo soberanos; na Pérsia, os magos têm a maior autoridade [...] Não parece tampouco possível que nos primeiros povos um pouco mais fortes tenha havido um governo que não fosse a teocracia; porque, mal uma nação escolhe um Deus tutelar, esse deus tem sacerdotes (2007:68).

A autoridade de que nos fala o trecho acima, emana do estado de dependência que o homem se encontra submetido em sociedade. Autoridade que existe justamente por conta da desigualdade que move os homens a viver em sociedade, tanto por instinto como através da razão; e que surge como

efeito da necessidade do homem exercer o poder para organizar a vida em sociedade. Mas, afinal, já que o homem não tem desde sempre idéias inatas para julgar o que ele conhece em relação a si e ao outro, e tampouco para governar a vida em sociedade (senão a partir da própria existência sociável) como, então, devido à desigualdade, pôde uma parte dos homens reunir as condições de dirigi-la, como vemos na história acima de alguns povos do Oriente? Segundo Cassirer, o século XVIII assistiu a uma mudança renovadora no significado da idéia de *razão*, quando diz que:

Bem entendido, devemos renunciar à esperança de arrancar alguma vez às coisas o seu segredo, de penetrar no ser absoluto da matéria ou da alma. Mas o seio da natureza nos está francamente aberto se entendermos por isso a ordem e a legalidade empíricas. É nesse ponto central que vamos nos estabelecer a fim de, a partir daí, avançarmos em todas as direções. A potência da razão humana não está em romper os limites do mundo da experiência a de encontrar um caminho de saída para o domínio da transcendência, mas em ensinar-nos a percorrer esse domínio empírico com toda a segurança e a habitá-lo comodamente. Uma vez mais, manifesta-se aqui a mudança de significação característica que a idéia de razão sofreu em relação ao pensamento do século XVII [...] O século XVIII confere à razão um sentido diferente e mais modesto. Deixou de ser a soma de 'idéias inatas', anteriores a toda experiência, que nos revela a essência absoluta das coisas. A razão define-se muito menos como uma possessão do que como uma *forma de aquisição* [...] É mediante esse duplo movimento intelectual que a idéia de razão se concretiza plenamente: não como a idéia de um ser mas como a de um fazer" (1994:31-32).

A princípio, é importante observar o caráter conflituoso da vida em sociedade, seja de modo individual ou coletivo. Para Voltaire, essa tensão resulta do conflito existente no âmago da sociedade, e decorre das condições que ocupam os homens ao ser: autoridade ou obedecê-la. Portanto, compreendemos que este quadro mostra o olhar de Voltaire sobre o conflito social, sendo que uma parte dos homens pôde exercer o domínio nas sociedades, após:

Formarem-se, na seqüência dos tempos, sociedades um pouco civilizadas nas quais um pequeno número de homens pôde dispor de tempo para refletir [...] A idéia de um ser puramente imaterial não pode ter se apresentado aos espíritos que só conheciam a matéria. Foram necessários ferreiros, carpinteiros, pedreiros, lavradores, antes de aparecer um homem que tivesse suficiente tempo livre para meditar. Todas as artes manuais certamente precederam a metafísica de vários séculos (2007:48).

O poder instituído da autoridade para governar os demais, além de surgir da força oriunda do instinto natural¹¹, foi originado quando uns poucos homens tinham em relação aos demais, o tempo livre para refletir e conduzir a vida em sociedade. Assim, Voltaire chama atenção para o conhecimento que os homens que exerciam a autoridade, adquiriram ao poder ter o tempo livre para meditar.

As primeiras nações civilizadas, situados por Voltaire no Oriente, foram a China e a Índia. Estas nações, reunidas em um corpo de povo muito antes da formação das nações Ocidentais, já haviam estabelecido os fundamentos que deram origem a uma sociedade civilizada. Mas, que crenças adquiriram estes homens para dominar o espírito de sua nação?

Centralizamos a discussão em torno de uma “questão mais filosófica, na qual todas as grandes nações civilizadas, da Índia à Grécia, coincidem é a origem do bem e do mal” (2007:56). Pois, segundo Voltaire, devido ao conflito imanente da vida em sociedade, o homem ora experimenta a impotência diante o desconhecido, que governa o ritmo da mudança nele e no seu redor, ora procura conhecer a causa do que lhe fez sentir esta força secreta. Foi assim que a opinião teve origem no espírito dos povos, e com isso, a autoridade temporal pôde ser exercida, de acordo com costumes e leis que constituíram a vida em sociedade.

A opinião surge como uma crença que permitiu a autoridade não somente julgar o que acontecia na sociedade, mas também legitimar a

¹¹ No verbete “Lei natural” do *Dicionário filosófico*, Voltaire define essa lei como “instinto que nos faz sentir a justiça” (p.109, 1978).

necessidade na crença do que é possível e impossível para o homem. Mas, ao abordar a questão do advento da opinião no espírito das nações, quanto à existência do bem e do mal, é importante tratarmos das primeiras noções que alguns povos tiveram da existência de algo superior, em relação à condição limitada da natureza humana; por exemplo, quando o homem teve tempo para refletir, e percebeu a necessidade de acreditar em algo que lhe movimenta e que lhe é superior. Para Voltaire, neste momento, as primeiras sociedades civilizadas:

não distinguiram essa faculdade da faculdade da vida; e a palavra alma sempre significou vida para os antigos, fossem eles sírios, caldeus, egípcios, gregos ou os que vieram enfim se estabelecer numa parte da Fenícia (2007:47).

Desta maneira, as crenças surgidas entre as primeiras sociedades civilizadas buscavam adorar deuses, para assegurar a ordem frente à mudança constante dos acontecimentos. Mas, o que estes povos conheciam a respeito da força que faz nascer e perecer as plantas, os animais, e que os faz sentir que existam?

Segundo Voltaire, as primeiras crenças surgiram de superstições, que os homens acreditavam protegê-los dos reveses da vida. Assim, os primeiros deuses adotados e adorados pelos povos tinham ligação direta com os objetos conhecidos através dos sentidos, por exemplo, o culto a animais. No entanto, também apontava no horizonte do espírito humano, a imagem de um deus que “pode ter sido um de seus concidadãos, porque todos sofreram igualmente” (2007:49), e, portanto, todos temem o que lhes pode acontecer se não cultuar os deuses instituídos pela vida social. Apesar de que:

Cada Estado teve, portanto, com o tempo, sua divindade tutelar, sem nem mesmo saber o que é um deus e sem poder imaginar que o Estado vizinho não tivesse, como ele, um protetor verdadeiro. Porque, como pensar, quando se tinha um senhor, que os outros não tivessem também o seu? Tratava-

se apenas de saber qual de tantos amos, senhores, deuses venceria, quando as nações combatessem uma contra as outras (2007:50).

Nota-se em Voltaire, que a religião assume o foco da análise sobre a antiguidade dos povos, tanto a religião que emana de cultos, que adora animais e objetos conhecidos da experiência do homem, como a que designa o caráter e o aspecto de homem aos seus deuses; e até mesmo a que considera os astros, os objetos do espaço celeste como entidades divinas.

Voltaire comparou a marcha do espírito humano entre as nações a partir da análise conjunta da formação do Estado e da Religião, ao afirmar o caráter teocrático de organização das primeiras sociedades civilizadas, em que coube à autoridade não somente governar a vida em sociedade, mas também ser protegida espiritualmente pelos deuses. Assim, foram instituídos cultos, adorações, construídos templos aos deuses de cada nação. E a autoridade encontrou a maneira de expressar a ordem dos deuses, ao instituir a adoração e cultos em templos sagrados.

Esses sacerdotes dominam o espírito da nação; eles só podem dominar em nome do seu deus; logo, eles o fazem falar desde sempre: transmitem seus oráculos; e é por uma ordem expressa de Deus, que tudo é executado [...] O mesmo espírito preside todas essas fábulas; e é em toda parte uma confusa idéia aos homens a de que os deuses desceram outrora à terra. (2007:68)

Este momento do processo histórico marcou o estabelecimento do poder temporal que o discurso expresso pela autoridade exerceu ao dominar o espírito da nação. Com isso, puderam os povos acreditar nas crenças adotadas pela autoridade? E como é exercido o poder temporal da autoridade do Estado e da Religião? Estas perguntas nos remetem a compreender como Voltaire analisava as fontes e testemunhos produzidos pelos povos em sociedade a partir da verossimilhança dos relatos históricos com noções naturais do

homem, já que a “religião, a moral põem um freio à força do temperamento natural, mas não podem destruí-lo” (1987:117).

Nesse sentido, apesar de constatar diferenças existentes entre as sociedades civilizadas da antiguidade, no tocante aos discursos produzidos sobre os limites da condição humana e da existência de deuses, a maioria das nações adquiriu usos e sentimentos comuns a respeito da força que governava o curso ordinário da natureza, mesmo que através de superstições.

Segundo Voltaire, de início, cada povo constituiu o seu deus a partir dos objetos percebidos pelos sentidos, não sendo possível conhecer as causas dos acontecimentos por meio da razão. Limitavam-se apenas ao instinto, não podendo conhecer a causa que anima a natureza humana, a saber, o que movimenta tudo. Só assim, o espírito humano pôde instituir a crença numa realidade superior, além da condição daquilo que está sujeito ao movimento percebido pelos sentidos, que ora faz nascer, ora faz perecer as obras da natureza e do próprio homem.

É preciso abordar como os costumes e as leis influenciaram o espírito das nações da antiguidade na constituição do Estado e da Religião, segundo o poder temporal da autoridade. Para isso, através de um método histórico e crítico foram analisadas as fontes e os testemunhos produzidos pelas nações no decorrer do processo histórico, pois os documentos e os monumentos dão mostra da credulidade dos povos em relação a suas crenças. Mas, nosso intuito, de início, reside em compreender o espírito das nações que Voltaire considera como civilizadas; isto por que, estes povos já haviam se estabelecido enquanto um corpo de povo.

Como a natureza é em toda a parte a mesma, os homens devem ter necessariamente adotado as mesmas verdades e os mesmos erros naquilo que cai mais ou menos no domínio dos sentidos e que mais impressiona a imaginação. Devem ter atribuído o estrondo e os efeitos dos raios ao poder de um ser superior que habita os ares. Os povos vizinhos do oceano, ao verem as grandes marés inundarem seu litoral na lua cheia, devem ter acreditado que a Lua era a causa de tudo o que

acontecia com o mundo, durante suas diferentes fases (2007:54).

Novamente, percebemos o pano de fundo natural a que o espírito humano deve corresponder na verdade, uma natureza que Voltaire afirma ser sempre a mesma. No entanto, o espírito das nações civilizadas é repleto de cultos, oferendas e sacrifícios humanos aos deuses, e de certo modo, distinto de acordo com costumes e leis que constituem a vida de cada povo.

O primeiro momento da relação histórica entre os povos fez com que se disseminassem as crenças, até então surgidas devido ao aprimoramento da língua com o passar das épocas e dos lugares. Isso não aconteceu de modo isolado, devido à necessidade que fez o homem exercer o poder para viver em sociedade, e que também concorreu para que o poder fosse exercido através da dominação de um povo sobre outro. Mas, até que ponto a autoridade julgava os acontecimentos da vida em sociedade, segundo as crenças que dominavam o espírito da nação? Aliás, a autoridade que exercia o poder temporal do Estado era a mesma da Religião?

Segundo Voltaire, as nações tiveram antes que formar um forte governo para assegurar a ordem na sociedade, para só depois terem homens suficientemente livres para meditar sobre o autor da vida, o princípio de tudo, por que:

O povo mais antigo é sempre imitado pelos que vem depois; estes aprendem sua língua, seguem uma parte de seus ritos, apropriam-se de suas antiguidades e de suas fábulas. Sei como todas as origens caldéias, sírias, fenícias, egípcias e gregas são obscuras. Que origem não é? Não podemos dar por certo nada relativo à formação do mundo, salvo o que o próprio criador do mundo tenha-se dignado nos dar a saber. Vamos com segurança até certos limites: sabemos que a Babilônia existia antes de Roma, que as cidades da Síria eram poderosas antes que se conhecesse Jerusalém; que havia reis do Egito antes de Jacó, antes de Abraão; sabemos quais sociedades se estabelecerão por último; mas, para saber precisamente qual foi o primeiro povo é necessária uma

revelação [...] mas, enfim, ele [Deus] fez o que quis; não cabe a nós julgá-lo; atenho-me ao simplesmente histórico. (2007:84,165).

A advertência feita por último indica à condição pela qual Voltaire realizava a análise sobre o espírito das nações, sobretudo a partir do que as sociedades civilizadas produziram no decorrer do processo histórico. Em primeiro lugar, é importante considerar que a crença em um único¹² Deus não é o fundamento para compreender a história das nações da antiguidade, mas mostrar até que ponto houve influência da Religião na conduta da autoridade diante dos acontecimentos vividos em sociedade.

Segundo, que as nações historicamente, da Índia a Roma, possuíram anais que constituem a condição pela qual Voltaire julgava o processo de formação destas nações como corpo de povo, de acordo com o avanço dos costumes e das leis que dominavam o espírito dos povos. Voltaire (2007:123) considera “um alfabeto como um monumento incontestável do país de que uma nação tirou seus primeiros conhecimentos”, na medida em que, “gregos e os romanos só tiveram palavras mais compostas muito tempo depois de se terem reunido em corpo de povo”.

E por último, compreendemos que o fato de Voltaire convidar o leitor a se ater somente ao histórico é proveniente da atenção que este último deve ter aos fatos verdadeiros e falsos que constituem a história do espírito humano. É fundamental compreender que fatores possibilitaram o Estado e a Religião, correspondentes ao poder temporal da autoridade, exercerem as crenças que influenciaram o espírito das nações da antiguidade, sobretudo, através dos resultados que resultaram da relação histórica vivida entre os povos.

Vê-se evidentemente que a moral é a mesma em todas as nações civilizadas, enquanto os usos mais consagrados num povo parecem aos outros extravagantes e odiosos. Os ritos

¹² Posição tomada por Voltaire contra “exegetas”, que adotam a cronologia bíblica como fonte história fidedigna; com isso, pensadores judaico-cristãos pretenderam definir a constituição das diversas nações a partir da história do povo judeu, como fizeram Bossuet, Rolin.

estabelecidos dividem hoje o gênero humano, e a moral os reúne. (2007:101)

No geral, podemos destacar dentre as diversas nações que Voltaire aborda no quadro periódico da história antiga, o processo de constituição da China enquanto uma sociedade civilizada. E, também, cabe complementar com a formação do império romano, para melhor compreender os fatores de atuação do poder temporal da autoridade (Estado/Religião) para assegurar a ordem na sociedade.

Não obstante, o olhar de Voltaire acerca do espírito dessas nações indica as crenças que tanto chineses como romanos adquiriram com o estabelecimento da autoridade do Estado e da Religião. Com isso, buscamos compreender os fatores que contribuíram para o progresso do espírito humano entre as nações da antiguidade¹³, sem esquecer que a história destes povos não se encontra isenta de rupturas ou descontinuidades.

2.3 O ESPÍRITO DAS NAÇÕES CHINESA E ROMANA

De início, cabe realçar o enfoque dado por Voltaire ao caso chinês em seu projeto sobre a história universal, no sentido de destacar a importância que conferiu aos povos do Oriente, pois não “se fala deles em nossas histórias universais forjadas em nosso Ocidente [...] em que certo gênero de autores, copiando-se uns aos outros, esquece três quartos da Terra” (2007:91).

Voltaire procura tecer uma genealogia presente na constituição das sociedades civilizadas, supondo que as relações históricas entre os povos, resultaram num processo onde uma nação influenciou a outra, apesar do modo peculiar da existência de cada povo. E isto leva a vislumbrar no cruzamento entre os povos através do processo histórico, como as nações relataram os

¹³ O emprego do termo nação para falar dos povos da antiguidade demonstra o quanto o tempo presente visto como século da razão serviu para se referir ao passado do gênero humano, apesar dos inúmeros anacronismos que em larga medida foram instituídos pelo Iluminismo de modo geral em relação às diferenças culturais e sociais dos povos.

acontecimentos que contribuíram para constituição da vida em sociedade. Mas, como vimos anteriormente, uma nação só pôde adquirir idéias a respeito do que fez o homem viver em sociedade, após alguns homens terem o tempo livre para meditar sobre o estado das coisas. Segundo Voltaire, os anais da China atestam um longo tempo de sua existência enquanto um corpo de povo, porque:

Se alguns anais trazem um caráter de certeza, são os dos chineses, que, como já foi dito em outra parte, uniram a história do céu à da terra. Únicos dentre os povos, eles marcaram constantemente suas épocas por eclipses, pelas conjunções dos planetas; e nossos astrônomos, que examinaram seus cálculos, ficaram surpresos ao constatar que eram quase todos verdadeiros [...] Cada reinado dos seus imperadores foi escrito por contemporâneos; não existem maneiras diferentes de contar; não há cronologias que se contradizem [...] Eis um povo que, desde há mais de quatro mil anos, escreve cotidianamente seus anais (2007:102-103).

Logo, compreendemos que os chineses já haviam se constituído enquanto um corpo de povo, governado de acordo com costumes e leis que garantiam a ordem na sociedade. Além disso, desenvolveram uma cronologia que narravam os acontecimentos que correspondem aos tempos históricos, e que Voltaire opõe a um tempo baseado em mitos e fábulas, desenvolvido posteriormente por diversas nações do Ocidente, e também no Oriente.

Quanto às crenças instituídas pelo poder temporal da autoridade, Voltaire compreendia que os chineses não foram muito longe no que diz respeito ao advento das ciências, “mas aperfeiçoaram a moral, que é a primeira das ciências” (2007:104). Pois já tinham costumes estabelecidos e leis reunidas por escrito em registros, que permitia a autoridade governar conforme o que é útil à nação. Voltaire ainda chamou a atenção para costumes duradouros que eram contrários à preservação da vida do povo; como a prática de oferecer a Deus os recursos das colheitas ao ano, que é vista por ele como fruto da superstição de alguns imperadores chineses.

As crenças que dominaram o espírito da nação chinesa provinham do regime da vida familiar, estabelecidas pela autoridade paterna e difundidas em tribunais que julgavam os acontecimentos vividos em sociedade. Com isso, a autoridade da Religião na China também exercia o poder temporal do Estado, já que muitas de suas leis correspondiam há uma moral instituída pela religião. No *Dicionário filosófico*, Voltaire demonstrou a antiguidade dos chineses como sociedade civilizada, mas apontava limitações no progresso do espírito da nação, de modo que:

Deixemos, pois, nós que nascemos ontem, nós descendentes dos celtas, nós que ainda mal exploramos as florestas das nossas regiões selváticas, deixemos os chineses e os indianos gozarem em paz o seu belo clima e a sua antiguidade histórica. Deixemos, principalmente, de chamar idólatras ao imperador da China e ao subabo do Deão. Nem nos é necessário sermos fanáticos do mérito dos chineses: a constituição do império deles é, na verdade, a melhor que há no mundo, a única totalmente baseada no poder paternal [...] a única em que um governador da província é punido quando, ao abandonar o cargo, não tiver as aclamações do povo [...] Mas, há que confessá-lo, a arraia-miúda chinesa, influenciada pelos bonzos, é tão velhaca e tão ladra como a nossa; que ali se vende tudo muito caro aos estrangeiros, que, no campo científico, os chineses encontram-se ainda no estágio em que nos encontramos vai para duzentos anos; que têm, tal como nós, mil ridículos preconceitos: acreditam nos talismãs, na astrologia judiciária, como durante tanto tempo nos acreditamos (1978:119-120).

Nesta passagem, fica evidente fatores que fazem Voltaire compreender o avanço de civilidade da nação chinesa em relação à marcha do espírito humano. Um dos fatores que contribuíram para a constituição da moral e da religião na China reside na crença da unidade de Deus, como origem de todas as coisas. Esta crença impedia que as pessoas fossem imoladas por conta de querelas entre seitas contrárias. Com isso, o poder da Religião do Estado é exercido de maneira soberana, apesar de superstições ainda influenciarem o espírito da nação chinesa, como a prática viciosa dos bonzos em enganar os

estrangeiros. Então, o que faz a China se organizar em uma sociedade civilizada por tanto tempo?

A preservação dos costumes e das leis dos chineses está associada a ligações estreitas existentes entre Religião e Estado, de onde a autoridade exercia o poder através de preceitos morais transferidos da esfera familiar para o âmbito do Estado, isto é, do âmbito privado para o âmbito público. Os mandarins constituíam os letrados da sociedade chinesa, que difundiram os preceitos morais para manter a ordem social. Mas, que idéias continham as antigas leis adquiridas pelos mandarins para governar não somente a família, mas também toda a nação? A visão que Voltaire expõe de Confúcio, pode nos ajudar a compreender como a união do Estado e da Religião, auxiliado pela participação dos mandarins, contribuiu para a instituição das crenças no espírito da nação chinesa. Sendo que:

Seu Kung Fu-tzu, a quem chamamos Confúcio, não imaginou nem novas opiniões nem novos ritos; não se fez nem de inspirado nem de profeta: era um sábio magistrado que ensinava as antigas leis. Dizemos às vezes, e muito inadequadamente, a religião de Confúcio: ele não tinha nenhuma diferente da de todos os imperadores e de todos os tribunais, nenhuma diferente da dos primeiros sábios. Ele só recomenda a virtude; não prega nenhum mistério. Diz em seu primeiro livro que, para aprender a governar, é preciso passar seus dias se corrigindo. No segundo, prova que Deus gravou a virtude no coração do homem; ele diz que o homem não nasceu mau e que fica mau por própria culpa. O terceiro é uma coletânea de máximas puras em que não encontramos nada de baixo e nada de uma alegoria ridícula. Teve cinco discípulos; podia ter-se posto à frente de um partido poderoso, mas preferiu instruir os homens, em lugar de governá-los (2007:105-106).

Confúcio foi um membro do poder civil que reuniu as antigas leis que dominavam o espírito da nação chinesa, de acordo com os preceitos morais estabelecidos pela tradição paterna. A transferência de domínio do poder temporal que anteriormente referimos, aconteceu devido à obediência que os

chineses prestam a autoridade paterna, expressa pela correspondência do poder tanto da família como do Estado.

No entanto, compreendemos no rastro de Voltaire que a história da China deve ser útil à marcha do espírito humano, sendo fundamental perceber como os imperadores não foram eleitos como entidades sagradas pelos homens, e que entre os chineses não foi produzida uma narrativa mítica da constituição do mundo. Por um lado, estes fatores não contrariam a verdadeira natureza humana, nem a história, porque Voltaire apontou para existência de algo superior à condição humana como crença entre os chineses, pelo fato deles acreditarem numa força que governa e coloca ordem no estado das coisas.

A autoridade na China sustentava o poder de julgar os acontecimentos na sociedade à luz do que é justo e injusto em relação aos preceitos morais das antigas leis, que serviam também para julgar a conduta da própria autoridade. A defesa que Voltaire faz da noção de justiça dos chineses consiste na lei natural que governa toda a nação, pois, no “mundo inteiro, só houve uma religião que não foi contaminada pelo fanatismo: a dos sábios letrados da China” (1978:183).

Para Voltaire, em primeiro lugar, o poder da monarquia chinesa não é despótico, pois não se utilizava constantemente da dominação pela guerra, como um povo guerreiro; nem recorria constantemente a superstições criadas pela imaginação, como o caso dos sacerdotes em outras nações da antiguidade, os brâmanes na Índia, os oráculos e os profetas, sacerdotes e padres nas religiões do Ocidente, etc. Dessa maneira, o poder temporal disciplinador da autoridade chinesa conseguiu manter a ordem na sociedade por longevos tempos, mas, impôs dificuldades ao progresso do espírito da nação na arte e na ciência, quando Voltaire compara a experiência da China com o desenvolvimento das sociedades civilizadas da Europa.

Por mais que nos debrucemos sobre os fatores que contribuíram para a formação das civilizações da Antiguidade, como o caso referido da China, e mais adiante a respeito da história romana, nosso propósito consiste em compreender as considerações de Voltaire sobre a história do espírito humano,

porque da natureza resta saber que “sou homem e nada que é humano me é estranho” (1957:48). Com esta sentença, Voltaire definiu o núcleo para ser realizado o estudo da história, que implica necessariamente em um método de escrever a história. Por conseguinte, o conhecimento histórico visa dar conta do universal, apesar de não perder de vista a preocupação com as particularidades da história das sociedades humanas.

Ao historiador filósofo¹⁴, cabe ampliar o horizonte de investigação dos acontecimentos humanos. Assim, deve-se considerar a marcha do que é humano no movimento dos acontecimentos, porque esta é a “única maneira de escrever a história moderna como verdadeiro homem político e filósofo” (1957:48). Não é somente a política que Voltaire designa como tema de investigação da história, uma vez que:

essa pessoa evitará limitar-se a esse conhecimento, procurará saber qual foi o vício radical e virtude dominante de uma nação, por que ela foi poderosa ou fraca sobre o mar, como e até que ponto ela se enriqueceu durante um século; os registros de exportações podem informar sobre isso. Ela desejará saber de que modo se estabeleceram as artes e as manufaturas. Seguirá sua passagem e seu retorno de um país a outro. As transformações nos costumes e nas leis serão enfim o seu objeto. Assim se saberá a história dos homens, em vez de saber uma parte insignificante da história dos reis e das cortes. (VOLTAIRE, 1957, p. 48).

Com estas considerações a respeito da história moderna, Voltaire nos colocou diante da diferença que pretendemos compreender entre o antigo e o moderno na sua concepção de história. Quanto, a saber, em suas considerações, “qual seria a história útil?” (2007:12), que corresponda na verdade a marcha do espírito humano. Portanto, convém ainda abordar no quadro da história antiga, como Voltaire apresentava a formação de Roma dos

¹⁴ Tomamos como referência essa expressão “historiador filósofo”, atribuída por Pomeau à história escrita pelos filósofos iluministas, e em particular por Voltaire, presente no prefácio as *Oeuvres historiques* (1957).

primórdios à decadência imperial, conforme os fatores que contribuíram para constituir o espírito da nação romana.

Primeiro, é cabível averiguar como o Estado e a Religião influenciaram na organização dos romanos em sociedade, pois como já observamos, estes fatores são apresentados por Voltaire como pilares de sustento da ordem na sociedade, pelo qual é exercido o poder temporal da autoridade. Mas, como foram instituídos os costumes e as leis desta nação, que fez de Roma o império mais poderoso da Antiguidade? Antes, é preciso ressaltar a influência que os gregos tiveram na constituição do espírito das nações, entre as quais destacamos a nação romana.

Os romanos não podem ser contados entre as nações primitivas: são demasiados recentes. Roma só existe a setecentos e cinquenta anos antes da nossa era vulgar. Quando teve ritos e leis, recebeu-os dos toscanos e dos gregos. Os toscanos lhe comunicaram a superstição dos augúrios, superstição baseada entretanto em observações físicas, na passagem de aves a partir das quais se auguravam as mudanças da atmosfera [...] Os gregos forneceram aos romanos a lei das Doze Tábuas. Um povo que vai buscar leis e deuses em outro povo devia ser um povo pequeno e bárbaro; e os primeiros romanos de fato o eram (2007:215).

Os fatores que tornaram possível a instituição dos costumes e das leis entre os romanos provêm não somente da influência de outros povos, como os gregos, mas da atuação da autoridade do Estado e da Religião, encarregados de legitimar as crenças que dominaram o espírito da nação. Quando Voltaire indicava a superstição como crença dos povos, de modo geral é que “toda superstição possui algo natural como princípio e que muitos erros nasceram de uma verdade que se abusa” (2007:215).

Aliado a esta condição natural da vida humana, os romanos exerceram o poder temporal sobre outros povos através da guerra, deste modo, puderam expandir as fronteiras do território imperial e manter relações com os povos dominados. Por ser uma nação imperialista, os romanos acabaram tendo um

papel decisivo em aproximar nações que possuíam diferentes modos de vida em sociedade. Contudo, como se constituiu o espírito da nação romana, tendo em vista a abundância da diversidade de usos e costumes? Apesar de ser um povo extremamente guerreiro, que arrasava outros povos nos momentos de guerra, segundo Voltaire, a autoridade conseguiu estabelecer a liberdade de culto entre diferentes usos e costumes das religiões no âmbito público. A este conjunto de diferentes crenças presentes na formação do Estado romano, Voltaire atribui à difusão da tolerância religiosa¹⁵ no espírito da nação.

Assim como os gregos, os romanos permitiram os diferentes cultos dos outros povos, mas, “não há visivelmente um destino que produz o crescimento e a ruína dos Estados?” (2007:221). Com isto, buscamos compreender, especificamente, que entre os romanos, a liberdade de culto expressa como direito dos povos contribuiu para a ordem da vida em sociedade. Contudo, para Voltaire, o surgimento de disputas religiosas e, em conseqüência, a adoção do dogma cristão pelo Estado romano, ocasionou o enfraquecimento do poder imperial. Além disso:

A fraqueza dos imperadores, as facções dos seus ministros e dos seus eunucos, o ódio que a antiga religião do império tinha pela nova, as sangrentas desavenças surgidas no cristianismo, as disputas teológicas que tomaram o lugar do manejo das armas e a indolência, o do valor; multidão de monges substituindo os agricultores e os soldados, tudo atraía esses mesmos bárbaros que não tinham podido derrotar a republica guerreira e que sufocaram Roma definhada sob imperadores cruéis, afeminados e devotos (2007:219).

Vemos que não foram apenas os bárbaros, isto é, os que não eram romanos, que provocaram a queda do império romano. Mas também o enfraquecimento do poder temporal do Estado, devido às disputas religiosas e o advento da nova religião, o Cristianismo, herdeiro em parte da religião dos judeus.

¹⁵ A nação romana não foi uma exceção dentre as nações que tiveram práticas como tortura e sacrifícios humanos.

No entanto, apesar de assinaladas por Voltaire diferenças entre as situações históricas vividas tanto pelos chineses como pelos romanos, nota-se que a relação entre público e privado serve de enfoque para compreender sua concepção de história, devido ao papel exercido pelo Estado e pela Religião na manutenção do poder temporal da autoridade, essa última assegurada pelas crenças e opiniões que dominam o espírito dos povos.

Por conseguinte, observa-se que a filosofia em Voltaire é uma maneira crítica de pensar a história humana, que é social e historicamente construída pelo gênero humano, seja através de mudanças sociais de curto alcance ou de grande repercussão no mundo, como o paradoxo do conto filosófico *Micrômegas*. Mas, foram a partir dos resultados produzidos pelo homem em sociedade que buscamos compreender como e porque Voltaire considera a história o palco de realização das crenças e opiniões do Estado e da Religião para manter o poder temporal da autoridade no espírito das nações.

2.4A HISTÓRIA PENSADA COMO CRÍTICA

Ao mostrar o movimento contínuo e descontínuo do processo civilizatório, Voltaire apontou para diversos fatores que contribuíram para a marcha do espírito humano. Por isso, destacamos o processo de formação dos chineses e romanos enquanto povos civilizados, com o intuito de *ilustrar* a visão de Voltaire acerca das crenças e opiniões que constituem o espírito dos povos da Antiguidade. No entanto, as nações civilizadas possuem anais em que narraram às origens de seus antepassados e dos acontecimentos que influenciaram os homens no viver em sociedade – tanto romanos como gregos, egípcios, babilônios, persas, fenícios, ingleses, franceses, dentre os diversos povos. E é por este motivo que:

A história de uma nação nunca pode ser escrita senão bem tardiamente [...] Só ao fim de vários séculos é que uma história um tanto detalhada pode suceder a esses registros informes, e essa primeira história é sempre mesclada de um falso

maravilhoso pelo qual se pretende substituir a verdade que falta (2007:222-223).

Portanto, é fundamental compreender como Voltaire definiu a distinção entre história e fábula, de acordo com a noção de homem oriunda da filosofia natural, que busca mostrar a possível veracidade e falsidade dos relatos históricos e fabulosos produzidos no decorrer do processo civilizatório pelas sociedades. A distinção é pertinente na medida em que esta diferença entre história e fábula também possibilita perceber a *crítica* que Voltaire lança contra o Estado e a Religião no tocante a sua concepção de história, porque o poder e o saber demarcam relações estreitas quando percebemos a visão crítica de Voltaire a respeito da marcha do gênero humano.

Em *O iluminismo e os reis filósofos*, Salinas Fortes dedica um comentário tratando da dimensão histórica da crítica de Voltaire ao Estado e a Religião, ao dizer que “tudo aquilo que possa constituir um entrave para a expansão das luzes, é para ele o inimigo principal. A tradição religiosa e a autoridade política serão assim os dois alvos fundamentais dos seus ataques” (2004:42). E chama a atenção para a importância dessa crítica, que está contida em sua obra:

A parte mais original e de maior envergadura da obra ‘teórica’ de Voltaire, porém, é a relativa à história. É possível afirmar que com ele se dá uma verdadeira invenção da história como ciência. Suas concepções a respeito da investigação histórica são até hoje o ponto de partida para qualquer ciência histórica. Nesse sentido, Voltaire é um discípulo e continuador de Bayle. Sua grande preocupação, na descrição dos fatos e do levantamento das fontes do passado, é a ‘exatidão’. Por outro lado, ele rompe com a história até então praticada, que é um amontoado de árvores genealógicas travestidas de relato histórico. Os historiadores em geral preocupam-se com a evolução da família. Outro ponto de vista que ele repudia é o exclusivamente militar: chega de histórias que são simples atas comemorativas dos feitos de alguns militares. Preocupa-se Voltaire com os ‘povos’, buscando determinar o espírito do tempo e o ‘espírito das nações’. Propõe uma história que abranja o conjunto das atividades humanas, o movimento de preços e salários, as grandes invenções (o moinho de vento, a lareira, os óculos)” (FORTES, 2004, p. 44).

Em *Crítica e crise*, Koselleck apresenta a tese de que o Iluminismo, e com isso também Voltaire, foram responsáveis por efetuar a crítica que levou à derrocada do Estado absolutista, e que conseqüentemente instalou uma crise permanente na história, com a ascensão da burguesia ao poder na Europa, e depois no mundo inteiro, com os resultados da Revolução Francesa. Ao efetuar a crítica contra o Estado absolutista, e que, conseqüentemente, também atacava a religião, os iluministas reivindicavam a separação entre moral e política para com isso se colocar fora do Estado e da Religião de modo autônomo e esclarecido, mas sem deixar de tê-los como alvos de crítica. No caso de Voltaire, Koselleck afirma que:

Como o reino da crítica estava separado do Estado, Voltaire invocou esta mesma separação para atravessar de maneira totalmente “apolítica” e puramente “intelectual” a fronteira política, com a mesma inocência de Pierre Bayle. Ao praticar crítica literária, estética ou mesmo histórica, criticava indiretamente a Igreja e o Estado. Deste modo, sua crítica adquiriu um significado político. Um significado, aliás, de caráter inteiramente específico, que remontava ao conceito de crítica e à concepção do mundo dualista que lhe eram correspondentes (1999:101).

A concepção de história em Voltaire se apresenta de antemão como crítica do Estado e da Religião, definida por Koselleck a partir da visão que os iluministas tinham de si no contexto político do Estado absolutista. Todavia, o propósito é compreender que o significado crítico das considerações que Voltaire escreveu sobre a história é relevante para perceber que esse pressuposto assegurava sua visão crítica da história dos costumes e do espírito das nações.

Parece-me que não podemos buscar a verdade com mais candura, nem nos aproximarmos mais dela em meio à incerteza em que a história desses tempos nos deixa [...] Essa asserção é conforme a tudo o que os historiadores contam, aos monumentos que nos restam e ainda mais à política, já

que é característico do homem estender sua autoridade tanto quanto possível (2007:58).

Evidentemente, vemos Voltaire apresentar uma dialética histórica existente entre público e privado no tocante aos resultados produzidos pelo poder temporal da autoridade do Estado e da religião, quando nos demonstra as contradições presentes nos relatos em que são descritas as doações de Pepino e Carlos Magno, monarcas do Estado franco, ao papado.

A preocupação de Voltaire, com os usos e abusos da história pelo poder da autoridade, já tinha sido de modo semelhante antecipada pelo renascentista italiano Lorenzo Valla no século XV, que colocou em xeque a autenticidade das doações do imperador romano Constantino ao papado. Em *Relações de força: história, retórica, prova*, Carlo Ginzburg demarca as relações entre história e retórica sob o ponto de vista das provas como suporte da investigação crítica, e destaca que o:

alvo da demonstração de Valla era o assim chamado *constitutum Constantini* [decreto de Constantino], um documento que tivera imensa circulação por toda a Idade Média. Ele certificava que o imperador Constantino, em sinal de gratidão para com o papa Silvestre, que o tinha milagrosamente curado de lepra, se convertera ao cristianismo, doando à Igreja de Roma um terço do Império. A opinião que prevalece hoje entre os estudiosos é que o *constitutum* tenha sido redigido nas dependências da chancelaria pontifícia por volta de meados do século VIII, para fornecer uma base pseudolegal às pretensões papais ao poder temporal. Por muito tempo a doação de Constantino não foi absolutamente posta em dúvida” (2002:64-65).

Em *O pirronismo da história*, obra publicada posterior à época em que apareceu o *Ensaio*, Voltaire coloca em questão a autenticidade das doações feitas pelos reis francos à Igreja Católica. Ao se passar por um bacharel em teologia, Voltaire apresenta dois argumentos que orientam a investigação histórica:

Orgulho-me de ter as mesmas opiniões do autor do *Essai sur les Moeurs et l'Esprit des nations*: não quero nem um pirronismo extremo nem uma credulidade ridícula; ele pretende que os fatos principais podem ser verdadeiros, e os detalhes, muito falsos (2007: 3).

Com isso, podemos observar que o primeiro argumento diz respeito à ressalva de Voltaire, frente a um ceticismo extremo em relação ao conhecimento da história. E o último faz referência à possibilidade, tanto do gênero humano como dos historiadores, de não repetir os erros do passado. Dessa maneira, Voltaire questiona a veracidade das doações de Pepino, o Breve e Carlos Magno a Igreja Católica, pois como esses reis coroados pelo papado doaram territórios a Igreja, sendo que os domínios territoriais pertenciam aos povos lombardos, que dominavam a Grécia e parte da Itália nesses “tempos selvagens” (2007:48)?

Apesar da presença dos lombardos na região da Itália, isso não significava que eles tinham uma soberania absoluta sobre as cidades italianas. Ao contrário, para Voltaire, cidades italianas como Gênova, Veneza, Florença, entre outras cidades, que viviam sob um regime republicano, detinham uma forte autonomia política perante as invasões dos lombardos e dos francos, e em relação à atuação da Igreja romana na aquisição de territórios apontados por historiadores e copistas da época.

Por conseguinte, os relatos dos fatos são submetidos ao crivo da crítica de Voltaire, devido aos fatos humanos na história ser guiados por motivos partidários que buscam o reconhecimento de interesses particulares dentro da esfera pública. Consequentemente, como está exposto no próximo capítulo, compreendemos que a história deve ser vista a partir de um núcleo racional que movimenta o curso dos acontecimentos humanos. Só assim, podemos ir além dos detalhes que constituem o relato dos fatos, e, deste modo, conhecer a razão pela qual o âmbito público deve ser o componente principal para distinguir a história da fábula, quando relacionada à atuação do Estado e da Religião.

3 HISTÓRIA VERSUS FÁBULA

Quereis, enfim, dominar o tédio que vos causa a *história moderna*, desde a decadência do império romano, e obter uma idéia geral das nações que habitam e afligem a terra? Não procureis nessa imensidade senão o que merece ser conhecido: o espírito, os costumes e os usos das nações, apoiados em fatos que não podemos e não devemos ignorar. O escopo deste trabalho não é indicar em que ano um príncipe indigno de ser conhecido sucedeu a um príncipe bárbaro, numa nação igualmente bárbara [...] Quase toda cidade possui hoje sua história, verdadeira ou lendária, contada com maior amplitude e abundância de detalhes do que a de Alexandre. Os anais de uma ordem monástica enchem mais volumes do que os do império romano.

Voltaire

3.1 VERDADE E FALSIDADE SOB O OLHAR DOS RELATOS

Após ter percebido a importância que os relatos assumem na compreensão do processo de formação das sociedades civilizadas, mais precisamente acerca das crenças que constituíram o espírito das nações, nossa pretensão é abordar esse problema conforme as considerações de Voltaire a respeito da tensão existente entre história e fábula. Constatamos antagonismos que opõe não somente história e fábula, como também o que nos relatos dos fatos é considerado como sagrado e profano. Neste sentido, a história “é o relato dos fatos dados como verdadeiros, ao contrário da fábula, que é o relato dos fatos dados como falsos” (2007:3). E dessa maneira, percebemos que a oposição corresponde no fundo ao conflito entre verdade e

falsidade sob o olhar dos relatos, sendo os últimos os “primeiros fundamentos de toda história” (2007:4). Vale salientar que essa definição é fundamental para compreender suas considerações sobre a diversidade dos relatos produzidos pelos povos, e que tem como propósito “conhecer com um pouco de certeza algo da história” (2007:05).

Em busca de conhecer os fundamentos da história, Voltaire comparou os primeiros relatos produzidos pelos povos, ao verificar que os relatos expressam as crenças que os povos possuem da existência humana, e até do que vai além do humano. É a partir dessas crenças que justificava suas considerações sobre a história, devido o sustentáculo oriundo da noção do homem como ser sociável, que proporciona a separação entre falso e verdadeiro na análise dos relatos. Para isso, propõe uma visão da natureza humana fundada na experiência, como suporte para analisar os relatos produzidos pelos povos – uma natureza que é sempre a mesma, devido ao instinto que a movimenta para viver em sociedade. Segundo Cassirer (1994:290), a importância de sua obra histórica é caracterizada pela busca de “descobrir um pólo imóvel no curso dos fenômenos”, que permita sair da superfície dos fatos e conhecer a história do espírito humano, ao invés de saber apenas a história das opiniões, que “nada mais é que a coletânea dos erros humanos” (2007:03). Conforme Cassirer:

Esse elemento imutável e idêntico não se encontra, por certo, no curso infinitamente múltiplo e cambiante do destino dos homens; ele só pode estar na natureza humana. Que se deixe, portanto, de prestar unicamente atenção na história aos eventos políticos, ao surgimento e a queda dos grandes impérios, aos tronos que desabam. Em vez de prestar atenção ao gênero humano, de adotar por máxima HOMO SUM, a maioria dos historiadores não tem feito outra coisa senão descrever batalhas. O verdadeiro objeto da história é a história do espírito humano, não o detalhe de fatos quase sempre controvertidos” (1994:290-291).

Ademais, é fundamental compreender que história e fábula não se contradizem de maneira irresoluta. No entanto, o que deve prevalecer ao refletir a respeito das considerações de Voltaire sobre a história é menos o caráter fabuloso e prodigioso dos fatos narrados, do que os relatos que

possuem certa verossimilhança com a noção de homem como ser sociável. Já que:

Os primeiros fundamentos de toda a história são os relatos dos pais aos filhos, transmitidos em seguida de uma geração a outra; em sua origem, eles são no máximo prováveis, quando não entram em choque com o senso comum, e perdem um grau de probabilidade a cada geração. Com o tempo a fábula cresce e a verdade se perde: vem daí que todas as origens dos povos são absurdas [...] Os primeiros anais de todas as nossas nações modernas não são menos fabulosos. Às vezes, as coisas prodigiosas devem ser relatadas, mas como provas da credulidade humana: elas entram na história das opiniões e das tolices; mas o campo é demasiadamente imenso (VOLTAIRE, 2007, p. 4-5).

Portanto, percebemos que a concepção de história não possui um significado unívoco. Devido a isso, cabe dizer que a história é caracterizada por uma temporalidade constituída pelo conhecimento da própria existência sociável dos povos, na medida em que tomamos os relatos por escrito como “monumentos incontestes” (2007:05). Dessa maneira, a história exige a necessidade de demonstração para atestar a verossimilhança dos fatos relatados, e assim, assegurar o caráter histórico que possuem as crenças produzidas pelos povos. Porém, a história é produto da atividade humana, e isso faz com que esteja sujeita a interferência dos assuntos humanos? Logo, a história se encontra sujeita a influência exercida pelo poder das crenças que dominam o espírito das nações? De início, compreendemos que sendo a história uma produção peculiar da natureza humana torna-se necessário perceber sua importância para a vida em sociedade. Tanto a história como a fábula fazem parte do enfoque dado à questão levantada anteriormente, porque ambas, mesmo sendo considerados relatos dos fatos dados como verdadeiros e falsos, apresentam as crenças que dominaram o espírito das nações.

Sobretudo, em consequência da relação histórica comparada entre as nações, observamos que Voltaire apontava graves contradições entre as

diversas cronologias estabelecidas nos relatos produzidos pelos povos no decorrer das épocas e dos lugares. Voltaire constata a antiguidade das nações, na medida em que avalia o estado de coisas e as condições históricas delas de acordo com os progressos realizados a partir da experiência do homem como ser sociável. A isto, afirma que a “história das artes pode ser a mais útil de todas, quando soma ao conhecimento da invenção e do progresso das artes a descrição do seu mecanismo” (2007:03). Portanto, os relatos produzidos pelos povos sobre suas origens não atestam com certeza os acontecimentos narrados, pois:

Toda história é recente. Não é de se espantar que não se tenha história antiga profana além de uns quatro mil anos. As revoluções deste globo, a longa e universal ignorância dessa arte que transmite os fatos pela escrita são a causa disso. Ainda há muitos povos que não sabem fazer uso dela. Essa arte só foi comum a um número pequeníssimo de nações civilizadas [...] A história dos tempos anteriores, portanto, só podia ser transmitida de memória; e sabe-se muito bem quanto a lembrança do passado se altera de geração em geração. Foi somente a imaginação que escreveu as primeiras histórias. Não apenas cada povo inventou sua origem, mas também inventou a origem do mundo inteiro (VOLTAIRE, 2007, p. 7-10).

Com isso, compreendemos que essa passagem exprime com nitidez certo distanciamento que Voltaire apresenta diante da história antiga das diversas nações, devido principalmente ao caráter fabuloso dos relatos produzidos pelos povos ser contrário ao curso ordinário da natureza. Esse conflito resulta da separação da “história dos acontecimentos em sagrada e profana” (2007:03), tensão que referimos anteriormente, como decisiva para compreender as considerações de Voltaire sobre a história.

O tempo histórico diferencia-se do tempo fabuloso, por este último estar repleto de oráculos, profecias, augúrios, que apresentaram uma época imaginada da condição humana de acordo com as crenças que dominavam o espírito das nações. Já o primeiro, consiste em atestar que as nações se

encontram situadas historicamente, e que produziram documentos e monumentos no desenrolar da experiência do homem como ser sociável. Assim, os acontecimentos sagrados dizem respeito às crenças religiosas que os povos possuem da existência humana e do mundo, credulidade marcada pela obediência à autoridade que detinha o domínio da escrita. Acontece que desse modo, um “pequeníssimo número de homens que sabiam escrever podia se impor e como foi fácil nos fazer acreditar nos maiores absurdos” (2007:08).

Portanto, fica claro que o advento da escrita constitui um estágio avançado no processo de constituição das nações civilizadas, principalmente, depois de consolidada a constituição das nações enquanto corpo de povo. O “uso dos caracteres”, como diz Voltaire, permite avaliar o desenrolar dos acontecimentos do passado como históricos, devido à correspondência dos relatos produzidos pelos povos com a marcha do gênero humano, mas:

O que contraria o curso ordinário da natureza não deve ser digno de crédito, a não ser que seja atestado por homens visivelmente animados pelo espírito divino e que seja impossível duvidar da inspiração deles. Eis porque, no verbete CERTEZA do Dicionário Enciclopédico, é um grande paradoxo dizer que deveríamos acreditar igualmente em toda a Paris tanto quanto esta afirma ter visto um morto ressuscitar como quando esta diz que ganhamos a batalha de Fontenoy. Parece evidente que o testemunho de toda a Paris sobre algo improvável não poderia ser igualado ao de toda a Paris sobre algo provável. São essas as primeiras noções da lógica sadia. Tal dicionário deveria ser consagrado apenas à verdade (2007:17).

Embora considere que a história não comporta o improvável, ao contrário disso, ele define que a fábula constitui a sacralização dos acontecimentos que dominaram o espírito das nações. Dessa maneira, Voltaire abre caminho para a compreensão do processo histórico em sua totalidade ao ressaltar a utilidade da história, assim ela “ensinaria nossos deveres e nossos direitos, sem parecer que pretende ensiná-los” (2007:12). Assim, cabe a história tornar secular as transformações ocorridas com o gênero humano,

sobretudo, porque a fábula não se encontra comprometida com a certeza no domínio dos acontecimentos, apesar de que:

Distinguem-se os tempos em fabulosos e históricos. Mas os históricos deveriam ser distinguidos, por sua vez, em verdades e em fábulas. Não falo aqui de fábulas reconhecidas hoje em dia como tais: não se trata, por exemplo, dos prodígios com que Tito Lívio enfeitou ou estragou a sua história; mas, nos fatos mais aceitos, quantas razões de duvidar! [...] seria quase a mesma coisa que lhe atribuir o que ele não fez. É uma ficção imitada de Homero; mas o que é ficção num poema torna-se, a rigor, mentira num historiador. Vários antigos usaram esse método; isso não prova outra coisa, a não ser que vários antigos quiseram dar exibições da sua eloquência à custa da verdade (2007: 17-18).

Observa-se no pensamento de Voltaire que os limites entre história e fábula são estreitos. Primeiro, pelo traço característico de ambas serem consideradas como relatos, e, depois, que entre realidade e ficção, ao refletir sobre a história, é analisado “apenas os poucos acontecimentos que podem ser submetidos à crítica” (2007:173). Tais considerações reforçam o caráter filosófico na maneira como Voltaire pensa a história, já que é possível conhecer a história “*comme il va*”¹⁶, de maneira semelhante a que é tomada na investigação sobre o homem no *Tratado de metafísica*. A preocupação de Voltaire em esclarecer a história dos “erros inúteis” (2007:39), consiste em compreender que ignorar o possível conhecimento sobre a história conduz a dúvida, que serve como ponto de partida para alcançar o esclarecimento. Contudo, “filósofo” e “leitor” presentes na narrativa¹⁷, questionam o que já sabem, porque “não vão parar nunca de nos enganar sobre o futuro, o presente e o passado? Talvez o homem tenha mesmo nascido para o erro, já que neste

¹⁶ Esta alusão é uma referência ao conto filosófico *O mundo como está – visão de Babuc*, escrita por ele próprio.

¹⁷ A narrativa aqui destacada se apresenta na Introdução ao *Ensaio sobre os costumes e o espírito das nações*, publicada na obra *A filosofia da história*. De início, diz Voltaire: “Você gostaria que a história antiga tivesse sido escrita por filósofos, porque a lê como filósofo. Você só busca verdade úteis, e achou apenas erros inúteis, diz. Procuremos esclarecer-nos juntos; procuremos desenterrar alguns monumentos preciosos sob as ruínas dos séculos” (2007:39).

século esclarecido ainda se tem prazer em se recitar as fábulas de Heródoto” (2007:89).

Novamente, percebe-se que Voltaire procurou conhecer a história, mas sabe diante mão que ela está repleta de erros e equívocos de parte tanto das crenças que dominaram o espírito das nações, como daqueles que a escreveram, os historiadores. A crítica que Voltaire faz referência tem como apoio os fundamentos da filosofia da história, principalmente, em relação à aquisição das idéias pelos sentidos, medida pela qual o homem promove as mudanças e estabelece as crenças para a organização da sociedade.

Em *O nascimento da ciência moderna na Europa*, Paolo Rossi apresenta o século XVIII como uma época marcada pela culminância do embate entre duas vertentes do conhecimento, os cartesianos e os newtonianos, que influenciou largamente os pensadores iluministas, dentre eles, Voltaire. Na visão proposta por Rossi, a época moderna é marcada pela revolução na base dos alicerces da ciência, que de maneira evidente também apresentou uma nova concepção do saber. O “novo” dos modernos, para Rossi, consiste em analisar os fenômenos segundo uma realidade observável, e, portanto, proveniente da experiência, com o intuito de conhecer a causalidade dos fenômenos ao avaliar os seus próprios resultados. Diz Rossi:

Na minha opinião, porém, parece incontestável o fato de que o que denominamos “ciência” adquiriu naquela época alguns daqueles caracteres fundamentais que conserva ainda hoje e que aos pais fundadores pareceram justamente algo de novo na história do gênero humano: um artefato ou um empreendimento coletivo, capaz de se desenvolver por si próprio para conhecer o mundo e a intervir sobre o mundo. Tal empreendimento, que com certeza não é inocente, nem jamais se considerou como tal, ao contrário do que aconteceu para os ideais políticos, bem como para as artes, as religiões e as filosofias, tornou-se uma poderosíssima *força unificadora* da história do mundo (2001:22).

Essa passagem nos ajuda a compreender a visão do mundo no século XVIII, no tocante as idéias iluministas de defesa da razão humana como saída

para alcançar o esclarecimento. Nesse contexto, a preocupação de Voltaire correspondia à busca de assegurar a importância da história para o esclarecimento da marcha do gênero humano. Marcha, porque existe no homem um “instinto de mecânica” (2007:62), que o movimenta não apenas para viver em sociedade, mas que também o leva a produzir efeitos decorrentes desse instinto em sociedade, definido como lei natural. Portanto, homens, povos, nações possuem e atuam conforme esse princípio, porque é a partir dele que Voltaire busca consolidar a importância da história como conhecimento verdadeiro sobre a existência humana.

Cabe dizer que essa proposta de esclarecimento consiste em perceber na história as revoluções que mudaram a vida do gênero humano, assim como “ocorrem revoluções nas opiniões como nos impérios” (1978:12). Contudo, o propósito é compreender como Voltaire soluciona o paradoxo, ao colocar de um lado a possibilidade de libertar a história de crenças infundadas na razão, e do outro, perceber os limites na construção desse conhecimento pelo espírito humano, e não por forças sobrenaturais. Essa questão centraliza a dimensão do conflito entre história e fábula, que de certa maneira também opõe realidade e ficção, verdade e falsidade.

Devido Voltaire definir que “a natureza humana é a mesma em toda parte” (2007:54) – apesar de constatar diferenças no desenrolar da constituição das espécies de homem e do espírito das nações – vemos que o âmbito do paradoxo implica em compreender que o drama ou a tensão se refere tanto ao conflito presente no domínio da história, como ainda aponta para contradições existentes na própria natureza humana, já que “o fanatismo e as contradições são o apanágio da natureza humana” (2007:97). No verbete “Destino” contido no *Dicionário filosófico*, após considerar que a crença na idéia do destino já se encontra presente entre os povos da Antiguidade, Voltaire diz o seguinte:

É contraditório que aquilo que ontem aconteceu não tenha acontecido, que aquilo que acontece hoje não aconteça; é tão contraditório como que aquilo que deve acontecer possa não chegar a acontecer [...] Há pessoas que ficam apavoradas com uma verdade tão simples e apenas admitem metade dela,

como aqueles devedores que entregam metade aos credores e pedem uma moratória para pagarem o resto da vida. Afirmam os tais que há acontecimentos necessários e outros que não o são. Havia de ser coisa engraçada essa de uma parte do mundo ser regulada por leis e outra não; que uma parte daquilo que acontece tenha de acontecer e uma outra parte daquilo que acontece não deva acontecer. Mas quando se analisa mais de perto repara-se que a doutrina contrária à doutrina que admite o destino é absurda; mas há muitas pessoas condenadas a raciocinar mal, outras a não raciocinarem nada e outras, ainda, a perseguirem como feras aqueles que raciocinam (1978:150).

Portanto, para superar as contradições que caracterizam a tensão entre história e fábula, é preciso compreendê-la ao demonstrar criticamente que os relatos definem a natureza humana e as condições históricas dos costumes e do espírito das nações, quando analisados a dialética entre poder e saber no curso dos acontecimentos humanos, tanto no âmbito público como privado.

3.2 PORQUE A HISTÓRIA É RELATO?

A perspectiva que toma os relatos como traço característico tanto da história como da fábula, se apresenta de antemão como juízo crítico para refletir sobre os acontecimentos, porque os relatos que atribuem à história o improvável, que é contrário aos limites da condição humana, abrigam nela erros que o historiador não deve esconder. Portanto, é preciso compreender que as diversas nações produziram seus relatos dos acontecimentos, a partir das crenças que dominaram o espírito dos povos. E, por isso, devido às mudanças decorrentes da vida em sociedade (costumes, leis, artes, ciências, etc.), a escrita da história esteve dependente da relação entre as experiências que atuaram na formação dos povos.

Mas, segundo Voltaire, o que assegura a distinção entre história e fábula na narrativa dos acontecimentos produzidos pelas nações? Será que a

liberdade que poucos homens tiveram para relatar os acontecimentos, é condizente com o que Voltaire compreendia acontecer com a marcha do gênero humano? E se as crenças que dominaram o espírito dos povos influenciam na maneira como é escrita a história, então, é possível libertar a história do domínio fabuloso e inverossímil que constitui as crenças de diversas nações?

Essas perguntas reúnem a tensão recorrente na abordagem que Voltaire apresentou sobre a história ao investigar a dimensão real dos acontecimentos. Para isso, é preciso ater-nos aos fatores que tornam prováveis toda história, pois toda “certeza que não é demonstração matemática não passa de uma extrema probabilidade – não há outra certeza histórica” (2007:16). O que torna provável, ou seja, histórico, os relatos dos acontecimentos produzidos pelas nações, e, também os que foram escritos por seus historiadores, depende das crenças que dominaram o espírito dos povos e dos testemunhos que atestam à verossimilhança dos fatos com os relatos.

Logo, ao “deixar suspenso o juízo” (2007:17), é possível aproximar a diversidade dos relatos produzidos pelas nações, e assim compreender como a história é útil ao gênero humano, apesar de Voltaire criticar que a história em sua época ainda fosse escrita “sem a mais leve aparência de prova” (2007:22). Com isso, buscava sustentar a possibilidade do conhecimento efetivo da história em oposição à fábula, ao submeter à prova os documentos e monumentos produzidos pelas nações, porque as crenças estabelecidas por toda uma nação “não constata melhor a origem a que são atribuídas” (2007:19).

Dessa maneira, compreendemos tanto as crenças que constituíram o espírito dos povos, como a maneira que os historiadores relataram os acontecimentos, segundo o método e o estilo da narrativa que apresentava dos relatos. Conseqüentemente, se Voltaire admitia que não encontramos na história apenas “erros inúteis”, ao afirmar que é possível aprender “verdades úteis”, então, em que consiste o erro estabelecido pelas crenças que constituíram o espírito dos povos? E, devido a essa constatação, segundo Voltaire, os historiadores condescenderam em escrever os erros à

posteridade? Vale salientar que ambos os casos são submetidos à crítica expressa por Voltaire, que apresentou tanto uma visão da história dos costumes e do espírito das nações¹⁸, quanto da maneira como os homens escreveram a história. Nosso intuito é compreender no rastro de Voltaire, o *valor* que as crenças, que constituíram o espírito dos povos, têm para a vida do homem como ser sociável, e, também, o *fato* delas terem interferido na construção do conhecimento sobre a história.

Ocorre com a história o mesmo que com a matemática e a física: a estrada alongou-se prodigiosamente. Atualmente é mais fácil fazer uma coletânea de jornais do que escrever a história [...] O importante, pois, é saber que o método conveniente a história do seu país não é próprio para descrever as descobertas do Novo Mundo; que não se deve escrever a história privada de um príncipe como se fosse a da França e a da Inglaterra [...] qual é vossa utilidade? (1978:209).

Portanto, compreendemos que a distinção entre fábula e história¹⁹ é estabelecida por Voltaire do ponto de vista filosófico, e se apóia na sentença ciceroniana que diz “que o historiador não deve dizer uma mentira nem esconder uma verdade” (2007:22). Essa sentença nos ajuda a compreender que se o homem é o “mesmo” em toda parte, em qualquer época e em qualquer lugar, logo, ele se encontra sujeito ao movimento das leis da natureza. Mas, não podemos conhecer a origem das causas que produzem os efeitos no mundo, porque “tudo é variado” (2007:67) quando assinalamos as diferenças no desenrolar da marcha do gênero humano de acordo com a época e o lugar. Por conseguinte, é possível conhecer os fatores que produziram as mudanças tanto no universo físico, como também no âmbito que Cassirer denomina, em *A filosofia do iluminismo*, como “a conquista do mundo histórico” (1994:267).

¹⁸ Essa é uma referência ao título do “Ensaio sobre os costumes e o espírito das nações e sobre os principais fatos da história, desde Carlos Magno até o século de Luis XIII”, obra que corresponde ao programa de Voltaire sobre a história universal.

¹⁹ De acordo com Maria das Graças de Souza: “Para Voltaire, as fábulas desfiguram os relatos. É preciso que a filosofia auxilie os homens a distinguir o verossímil misturado ao fabuloso” (2001:140).

O mundo da história é constituído pela existência de diversos povos, mas o que diferencia um povo do outro? Do ponto de vista dos relatos, nem sempre os povos e os historiadores afirmam a verdade sobre os acontecimentos, pois as crenças que constituem o espírito das nações influenciam a escrita da história. Com isso, Voltaire nos adverte que “lendo qualquer história, mantenhamo-nos alertas contra qualquer fábula” (2007:77), porque a incerteza dos relatos atesta erros que os povos e os historiadores consagram como verdades da história. Ao abordar a história dos povos antigos e modernos, em particular as ações dos “grandes homens” e os relatos dos acontecimentos, Voltaire dizia o seguinte:

Tudo o que se pode afirmar de Ciro é que ele foi um grande conquistador, por conseguinte um flagelo da terra. O fundo da sua história é verdadeiro, os episódios são fabulosos: assim é com toda a história [...] Se nos é permitido examinar a parte histórica dos livros judaicos, pelas mesmas regras que nos conduzem na crítica das outras histórias, há que convir, com todos os comentadores, que o relato das aventuras de Abraão, tal como se encontra no Pentateuco, estaria sujeito a algumas dificuldades, se estivesse em outra história (2007: 76 e 92).

Essa passagem que citamos é fundamental para assinalar as considerações de Voltaire sobre a história. O fato de a história permanecer por *dentro* sempre idêntica resulta de que é “impossível ler-se a história sem conceber horrores do gênero humano” (1978:216). Mas por *fora*, o que observamos é que os povos necessitaram de longos períodos para se constituírem enquanto uma sociedade civilizada, já que somente quando “as aldeias começaram a se tornar cidades opulentas, já estando as artes necessárias aperfeiçoadas, as artes de ostentação começaram a ser cultivadas” (2007: 114).

Portanto, Voltaire chama atenção para o aperfeiçoamento do gênero humano através da organização da sociedade e do cultivo das artes, apesar das contradições serem uma constante na vida dos povos em geral. E o curso natural das mudanças atesta que:

Assim, primeiro pintou-se grosseiramente o que se pretendia dar a entender; e a arte de desenhar precedeu sem dúvida a arte de escrever. Era assim que os mexicanos escreviam; eles não haviam levado a arte mais longe. Era esse o método de todos os povos civilizados. Com o tempo, inventaram-se figuras simbólicas: duas mãos entrelaçadas significavam a paz, flechas representavam guerra, um olho significava a Divindade, um cetro assinalava a realeza – e algumas linhas juntando essas figuras exprimiam frases curtas [...] Pode-se crer num povo pelo o que ele diz de si mesmo em seu detrimento, quando seus relatos são acompanhados de verossimilhança e não contradizem em nada a ordem costumeira da natureza (VOLTAIRE, 2007, p. 113 e 123).

Voltaire abre caminho com suas considerações sobre a história para um novo horizonte de inquietações. Esse horizonte procura se afastar da interpretação religiosa da história²⁰, promovendo o que entendemos por secularização do processo histórico. O século das Luzes, visto como um momento singular do pensamento moderno, e Voltaire, combateram para desmistificar²¹ o caráter sagrado que envolvia os acontecimentos históricos, contra a visão que subordina tudo o que acontece na história à intervenção divina ou à tutela do Estado. Até mesmo na literatura, Voltaire preconizava a necessidade da exatidão na narração dos acontecimentos, como aparece no *Touro branco*²². Dessa maneira, suas considerações sobre a história perpassam a imensa variedade de seus escritos, que permitem compreendê-la

²⁰ Conforme Karl Löwith, em *O sentido da história*, Voltaire “era demasiado inteligente para sobreestimar a idéia de progresso. Acreditava num progresso moderado, interrompido por períodos de regressão e sujeito ao acaso, atendendo a que não predomina na razão” (1977: 114).

²¹ Pomeau considera que a história em Voltaire é uma empresa de desmistificação, quando afirma que “Voltaire é o contrário de um dogmático. Seu otimismo renasce todos os dias. Ser de combate, Voltaire não pode se instalar em um sucesso definitivo” (1956:99).

²² Nesse conto percebemos que Voltaire expande sua crítica histórica aos escritos literários quando faz uma personagem dizer que: “Essas histórias me aborrecem – respondeu a bela Amaside, que tinha inteligência e bom gosto. – Só servem para ser comentadas entre os irlandeses por esse louco do Abbadie, ou entre os velches por esse frasista do Houteville. As histórias que podiam contar à tataravó da tataravó da minha avó já não servem para mim, que fui educada pelo sábio Mambrés e que li o *Entendimento humano* do filósofo egípcio chamado Locke e a *Matrona de Éfeso*. Quero uma história que seja fundada na verossimilhança e que não se assemelhe sempre a um sonho. Desejo que não tenha nada de trivial nem de extravagante. Desejaria sobretudo que, sob o véu da fábula, deixasse transparecer aos olhos exercitados alguma fina verdade que escape ao vulgo” (2005:721).

como o cerne da crítica ao poder temporal da autoridade do Estado e da Religião, por esses últimos interferirem na maneira como os homens fazem e escrevem a história.

Portanto, cabe agora saber, segundo Voltaire, se é possível que a história seja escrita de maneira livre? E sendo assim, o que faz a liberdade ser vista por Voltaire como medida para esclarecer o que denomina como a marcha do espírito humano? Essas questões apontam o horizonte que pretendemos compreender a respeito da concepção de história, tendo em vista a análise sobre a constituição da nação inglesa, ao abordar a relação das crenças que influenciaram o espírito do povo inglês e a escrita da história por Voltaire.

3.3 O HISTORIADOR DAS *CARTAS INGLESAS*

Nas *Cartas inglesas*, uma obra variada em termos temáticos – publicada inicialmente na Inglaterra, e depois difundida na França com o título de *Cartas filosóficas* – vemos que Voltaire, ao tratar intrinsecamente temas como religião, política, economia, literatura, realiza aquilo que fez durante a sua longa carreira intelectual, isto é, escrever sobre história. Isso porque as *Cartas* é uma obra recente dentro da trajetória de Voltaire como historiador, apesar de já ter escrito anteriormente um poema épico sobre a França da época de Henrique IV, as *Cartas* “podem ser consideradas como uma primeira incursão efetiva de Voltaire como historiador” (2001:96). Depois de ter recebido a “permissão”²³ para sair da França, Voltaire foi para Inglaterra, onde residiu por pouco tempo, cerca de três anos, mas de volta à França, já tinha incorporado uma inquietação que perpassou o delinear de toda sua obra, a questão da liberdade de expressão.

²³ As “*lettres de cachet*” eram decretos oficiais que continham mandatos de prisões e exílios a pessoas, políticos, escritores, que eram considerados subversivos à ordem imposta pela Monarquia junto com o clero na França.

Em *Voltaire: Nascimento dos Intelectuais no Século das Luzes*, Pierre Lepape nos apresenta Voltaire como ponto de referência para refletir sobre o nascimento de um novo gênero de escritor surgido no século XVIII, doravante conhecido por intelectual. Ao averiguar minuciosamente a trajetória da relação entre a vida pessoal e a carreira de escritor, pôde constatar que

novos fios acrescentavam-se ao arco voltairiano: a história e a política. A transformação era espetacular; e, sem dúvida, tinha exigido do autor que bebesse toda aquela “torrente de amargura”, como condição para que a metamorfose se operasse [...] Para o escritor não devia haver reserva de domínio; nem quando se tratasse de áreas do saber demasiado complexas e eruditas para deixarem apreender pelos amadores reputados incompetentes; nem quando se tratam de assuntos do Estado que a tradição monárquica guardava zelosamente sob o selo do segredo para uso exclusivo” (1995:79).

Dentre o conteúdo das *Cartas* podemos destacar as sete primeiras cartas, destinadas a tratar da questão da religião entre os ingleses. Os quacres ocupam uma considerável importância entre as várias seitas que constituem o espírito da nação inglesa, uma vez que lhes dedica quatro cartas. Contudo, observou que na “primeira carta lereis sua história, que achareis ainda mais extraordinária do que sua doutrina” (1978:6). As diferenças religiosas, especificamente, entre as diversas seitas inglesas, possibilitam conhecer como as mudanças nos costumes geraram transformações no curso dos acontecimentos históricos. Basta perceber que os costumes e as crenças dos quacres, adquiriram força ao adentrar no domínio público da vida política da Inglaterra, após terem conseguido a liberdade religiosa concedida pelo Estado. O resultado da história dessa seita foi a sua ida para a parte norte da América, na época colônia britânica, depois de obtido territórios por um membro da realeza e propagador da seita, conhecido como Guilherme Penn, em troca do pagamento de dívidas pelo rei, e que, devido a esse processo, vemos “um quacre transformado em soberano” (1978:8).

Mas, o surpreendente para Voltaire na história inglesa é que após tantas guerras civis, o Estado, digamos, a monarquia e o parlamento, conseguiram estabelecer a liberdade de expressão entre as diversas seitas

religiosas, sejam os quacres, anglicanos, presbiterianos, arianos ou antitrinitários, etc.

Aqui é o país das seitas. Um inglês, como um homem livre, vai para o céu pelo caminho que lhe agrada [...] Entrai na Bolsa de Londres, praça mais respeitável do que muitas cortes. Aí vereis reunidos, para a utilidade dos homens, deputados de todas as nações. O judeu, o maometano e o cristão negociam reciprocamente como se pertencessem todos à mesma religião. Só é infiel quem vai à bancarrota. O presbiteriano confia no anabatista, e o anglicano, na promessa do quacre. Ao sair dessas assembléias livres e pacíficas, uns vão à sinagoga, outros vão beber. Um vai ser batizado numa grande cuba de água, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Outro leva o filho para que lhe cortem o prepúcio e despejem sobre sua cabeça resmungos hebraicos incompreensíveis. Outros vão à sua igreja e, enchapelados, esperam a inspiração de Deus. E todos estão contentes [...] Se houvesse uma única religião na Inglaterra, o despotismo seria temível; se houvesse duas, uma degolaria a outra; mas como há trinta, vivem felizes e em paz (1978:9-11).

Portanto, compreendemos que Voltaire vê na relação histórica entre Estado e Religião, tanto no bem como no mal, o poder pelo qual ocorrem as transformações que constituem o espírito das nações, sendo que “em Roma, o fruto das guerras civis foi a escravidão; na Inglaterra, a liberdade” (1978:13). Essa comparação feita por Voltaire, entre Roma e Inglaterra, ao realizar uma aproximação entre duas situações históricas, possibilitou perceber diferenças e semelhanças existentes entre os povos, como também o faz, ao comparar os resultados das guerras civis tanto na Inglaterra como na França, quando aconselha ao leitor: “Pesai esses atentados e julgai” (1978:13). Novamente, compreende-se que para Voltaire, as conseqüências desse processo dialético foram que:

As guerras civis da França foram mais longas, mais cruéis, mais fecundas em crimes do que as da Inglaterra, e, no entanto, em nenhuma das guerras francesas o objetivo foi a

sabia liberdade [...] Enriquecendo os cidadãos ingleses, o comércio contribuiu para torná-los livres, e, por sua vez, a liberdade ampliou o comércio. A grandeza do Estado veio como conseqüência. O comércio estabeleceu pouco a pouco as forças navais, tornando os ingleses senhores dos mares [...] Na França é marquês quem quer e qualquer um que chegue a Paris vindo dos confins de uma província, com muito dinheiro para gastar e um nome “ac” ou em “ille”, pode dizer “um homem como eu” ou “um homem da minha qualidade”, e desprezar soberanamente um negociante. Este, de tanto ouvir falar com desprezo de sua profissão, acaba sendo bastante tolo para enrubescer-se. Contudo, não sei o que é mais útil a um Estado: um senhor empoadado que sabe a que horas o rei se levanta e se deita, com ares de grandeza fazendo papel de escravo na antecâmara de um ministro, ou um negociante que enriquece seu país, dá ordens a Surata e ao Cairo sem sair de seu gabinete, e contribui para a felicidade do mundo (1978:16).

Essa passagem nos ajuda a perceber porque o comércio é para Voltaire, o fator pelo qual uma nação adquire as condições para conseguir o estabelecimento da soberania do Estado. Isso se deve a utilidade que o comércio tem como força atuante de transformação nas relações entre os povos, e antes, de mudança no interior da própria nação. Entre as medidas adotadas pelo governo para o fortalecimento do comércio dos ingleses, Voltaire destaca o costume de inoculação da varíola, pois uma “nação comerciante está sempre alerta aos seus interesses e nunca negligencia conhecimentos que possam ser úteis ao seu negócio” (1978:17). Na medida em que se desenvolveu o comércio, em termos de economia política e não somente doméstica, os povos tem buscado adquirir conhecimentos que atestam a utilidade da experiência para realizar o bem público aos homens, sem necessariamente liquidar as infelicidades que assolam a humanidade. Tal fato nos leva a refletir porque a história – sob o ponto de vista da busca em adquirir conhecimentos verdadeiros a respeito da marcha do espírito humano – deve ser conhecida a partir da verossimilhança dos testemunhos com o que há de útil para o bem público.

Essa perspectiva de conhecer na história as causas que produziram resultados úteis para a humanidade, sem, todavia, deixar de saber que

infelicidades também assolam todos os povos, nos faz perceber que a dimensão real da história em Voltaire assumiu um valor universal em meio à imensa diversidade de culturas conhecidas por um europeu do século XVIII. E esta dimensão real da história permitia Voltaire estabelecer como ocorrem os ritmos de mudanças produzidas pelo gênero humano, porque sua visão do tempo histórico está em consonância com uma idéia geral do progresso das nações e do espírito humano.

O que faz o ser humano histórico depende das necessidades que ele estabelece em sociedade, que o impulsiona a buscar maneiras de pensar e de sentir o que existe fora e dentro dele, e aliado a isso, encontrar o que há de mais humano nessa procura pelos sentimentos e pensamentos do que se acredita ter conhecimento. No entanto, não só a civilização pode caracterizar o que pensamos e sentimos sobre o conhecimento, mas também o conhecimento que possuímos possibilita que desvendemos as fraquezas que constituem a natureza humana e o próprio conhecimento sobre a história produzido pelo homem. Por isso, os grandes homens merecem destaque na concepção de história proposta por Voltaire, sobretudo pela importância que possuem para a constituição do espírito dos povos, e particularmente pelas mudanças que produziram na maneira como sentimos e pensamos a vida sociável de homens, povos, nações, enfim, da humanidade. Basta perceber as considerações de Voltaire a respeito do czar russo Pedro o Grande, para entender o papel de um grande homem no governo da vida pública do Estado:

Os moscovitas foram conhecendo gradativamente o que se chama sociedade. Mesmo as superstições foram abolidas, a dignidade do patriarca suprimida; o czar declarou-se chefe da religião, e esta última, que teria custado o trono e a vida a um príncipe menos absoluto, não encontrou empecilho, assegurando o êxito de todas as outras inovações [...] Modificando os costumes, as leis, a milícia, o aspecto de seu país, o czar Pedro o Grande, quis também ser grande pelo comércio, que faz a riqueza de um Estado e a prosperidade do mundo inteiro. Empenhou-se em tornar a Rússia o centro dos negócios da Ásia e da Europa [...] Foi assim que um só homem logrou transformar o maior império do mundo. Civilizava seu povo, e era selvagem (1964:9-11).

O que orienta nossa reflexão em torno da idéia dos grandes homens em Voltaire emana do papel que estes ocupam no curso dos acontecimentos históricos. À primeira vista, a expressão parece ser um tanto genérica, mas ganha contornos quando Voltaire a define a partir do caráter dos homens que merecem ser lembrados pela história, e que, portanto, podem ter sido úteis ou nocivos para a humanidade, já que “os homens são tão engenhosos para construir quanto para destruir” (1964:56).

Por outro lado, definia outro tipo de grandeza do homem, referente ao que em sua época definiam como “gente de letras”, que diz respeito há pessoas que cultivaram as artes e as ciências, que também podem ser cultivadas pelo homem de Estado. O que Voltaire expõe acerca de Newton assegura porque a história deve ser esclarecida pela filosofia experimental:

Acostumado a desenredar o caos, quis trazer pelo menos alguma luz ao das fábulas antigas, confundidas com história, fixando uma cronologia incerta. É verdade que não há família, cidade, nação que não procure recuar sua origem, e além disso, os primeiros historiadores foram sempre os mais negligentes na marcação das datas. Os livros eram mil vezes mais raros do que hoje, conseqüentemente, menos expostos a crítica – enganava-se o mundo mais impunemente. E visto que se até os fatos foram supostos, muito provavelmente as datas também o foram. De um modo geral, segundo Newton, o mundo seria quinhentos anos mais novo do que dizem os cronologistas. Para fazer tal afirmação Newton recorre à observação do curso ordinário da natureza e a observações astronômicas (1978: 31-32).

Tais características da noção de grande homem em Voltaire apontaram o valor que possuem as ações humanas ao serem avaliadas no âmbito público, decorrente das particularidades da vida dos grandes homens que influenciaram na maneira como são narrados os fatos e os relatos da história. No prefácio da *História do império russo sob Pedro o Grande*, ao ressaltar a importância de um único homem na vida de um povo, Voltaire assinalava seu olhar sobre a

história de Pedro o Grande, quando afirmou que esta “história contém a vida pública do czar, o qual tem sido útil, não sua vida privada” (1956:346). Pois, o que é histórico para Voltaire dependia das provas que certificam o valor dos acontecimentos humanos para o bem público. Com isso, percebe-se a importância da busca por verdades quando refletimos sobre a história dos príncipes em Voltaire:

Se algum príncipe ou algum ministro encontrar nesta obra verdades desagradáveis, lembre-se que, sendo *homens públicos*, devem conta de suas ações ao público; que a esse preço compram sua grandeza; que a história é um testemunho e não uma lisonja; que o único meio de obrigar os homens a dizerem bem de nos é praticarmos boas ações (1964:6-7).

Dessa maneira, sendo a história um testemunho dos fatos que aconteceram, e que foram produzidos pelos homens, fica evidente que o que é considerado sobre a história, ao longo da marcha do espírito humano, pode ser conduzido somente por interesses particulares, que contrariam o interesse público de defesa da liberdade humana definida por Voltaire. Além do mais, sendo a história o relato dos acontecimentos humanos, pode o homem fazer uso dela para sustentar ações extremamente contraditórias, amparadas pelo interesse particular que possuem os relatos históricos e fabulosos no curso dos acontecimentos humanos. E é devido a esse paradoxo latente do conhecimento da existência humana, que Voltaire propõe uma atitude crítica do historiador e dos que refletem sobre a história, já que sendo a história produto histórico, e não sobrenatural das ações humanas, pode ela ser conduzida em proveito de interesses particulares que se sobreponham aos interesses da vida pública do homem como ser sociável.

Todavia, compreendemos por crítica a tomada de consciência levada a cabo não somente por Voltaire, mas pelo movimento iluminista, a respeito da natureza humana, perante a diversidade que constitui o universo de costumes, técnicas, leis, artes, ciências dos povos, distintos conforme as épocas e os lugares no decorrer da marcha do espírito humano. Nesse sentido, a história

não deve ser confundida de modo contíguo como retórica, porque a história ao ser comprometida com a busca pela verdade que é útil ao domínio público, não pode assim assumir uma tendência que seja útil apenas a interesses particulares.

A dialética histórica, que denominava através do conceito de revolução oriundo da física moderna, além de estar presente na tensão entre público e privado, ainda acontecia no interior de cada um destes âmbitos, pois sendo a história o (re) conhecimento das diferenças, assim como o espírito dos povos – apesar de que em “toda parte a Natureza é a mesma, só os usos e costumes é que variam” (1978:181) – como o historiador pode afirmar verdades históricas sobre a existência de um ser que vive em constante mudança em busca da liberdade? Ou como a própria tensão existente entre história e fábula a qual tanto se refere Voltaire, nos serve para avaliar o quanto o homem tem exercido o poder temporal como autoridade, tendo em vista quais interesses busca legitimar na história? Essas questões servem para direcionar a discussão sobre a história em Voltaire, quando nos leva a entender a relação histórica entre poder e saber como móvel da causalidade dos acontecimentos humanos.

Com isso, no último capítulo, buscamos compreender que a história enquanto relato dos fatos verdadeiros e falsos deve nos esclarecer, de maneira crítica, como o homem conseguiu realizar suas ações em busca da liberdade na história, porque é desse modo que podemos saber o quanto o homem é livre para escrever a história.

4 HISTÓRIA E LIBERDADE HUMANA

Quando se está invadido por uma idéia, quando um espírito justo e cheio de calor é senhor de seu pensamento, este sai de seu cérebro já ornado de expressões convincentes, como Minerva saiu armada do cérebro de Júpiter. Enfim, tudo nos leva a concluir que não é preciso procurar os pensamentos, nem os rodeios, nem as expressões, e que a arte em todas as grandes obras está em raciocinar bem sem colocar muitos argumentos; em pintar bem, sem querer pintar tudo; em emocionar, sem querer excitar sempre as paixões. Sem dúvida, dou aqui belos conselhos. Eu próprio os segui? Infelizmente, não!

Voltaire

4.1 DO CIVILIZADO NO SELVAGEM E DO SELVAGEM NO CIVILIZADO

De início, neste último capítulo, vamos tratar da tensão existente entre selvagem e civilizado na concepção de história em Voltaire, ao abordá-la segundo a atuação do temporal da autoridade no curso e nos relatos dos acontecimentos humanos, e do mesmo modo, de acordo com o uso da história perante os domínios público e privado da vida humana. Conseqüentemente, desse modo, é possível afirmar como homens, povos, nações realizaram acontecimentos que acabam produzindo mudanças e permanências ao longo da história.

Não sendo entendida como uma idéia inata ao homem, a questão da liberdade assumiu a dimensão prática de uma filosofia natural em Voltaire, isto é, de reflexão acerca da realização dos valores e acontecimentos humanos. Pois, só com o tempo, poucos homens adquiriram a liberdade para pensar a maneira como os acontecimentos mudam a vida em sociedade. Todavia, como o conflito no âmago da sociedade entre selvagem e civilizado intervém no uso

da história para Voltaire? Aliás, sem um ponto de partida seguro do passado e uma visão improvável do porvir, Voltaire analisou a história conforme o tempo e o lugar de constituição dos costumes e do espírito dos povos, uma vez que os relatos indicavam a situação histórica em que vivem os homens em sociedade, tanto de maneira civilizada como selvagem. Assim como história e fábula não se excluem de modo absoluto, do ponto de vista da verdade e falsidade dos relatos, o mesmo acontece com a tensão entre selvagem e civilizado, quando pensamos a importância da história para compreender o uso destas noções em Voltaire – principalmente porque a própria maneira como os povos contam o tempo e também sua história, muda de acordo com as experiências da vida humana em sociedade.

Em *Voltaire historiador: uma introdução ao pensamento histórico na época do Iluminismo*, Marcos Antônio Lopes avalia como Voltaire exercia a atividade de historiador a partir de uma perspectiva secular da filosofia das luzes, ao questionar porque Voltaire teria sido o pensador moderno que simultaneamente abalou o trono e o altar, e desta maneira a importância que a política e a religião detinham como temas principais da investigação histórica. Contudo, sua abordagem indica a presença de ambigüidade no pensamento de Voltaire sobre a história, principalmente, no que diz respeito à maneira como aborda a questão da alteridade dos valores e a diversidade das culturas, quando afirma que a:

inserção do Voltaire historiador no conjunto do pensamento histórico do Iluminismo pode deixar de fora da análise alguns aspectos que fazem de sua obra um foco de fissura no pensamento histórico do Dezoito, no período anterior às conquistas do historicismo. Isto porque Voltaire, apesar de suas conhecidas prevenções, foi notavelmente capaz de reconhecer a relatividade de determinados aspectos em diferentes culturas, o que aparece de maneira esparsa em alguns trechos de sua obra, mais frequentemente como ameaças de utilização de uma visada relativista que propriamente aplicação dessa mesma perspectiva” (2001:84).

Compreendemos a visão do tempo histórico em Voltaire, não somente a partir da diversidade de modos que os povos contam o tempo, mas também

quando se entende o processo histórico de narrar os acontecimentos pelos povos como curso ordinário da natureza.

Entende-se por curso ordinário da natureza o tempo de cada geração dos homens. Os egípcios a usar essa maneira incerta de contar. Ao escreverem os começos de sua história contavam trezentos e quarenta e uma gerações desde Menes até Setão. Não possuindo datas fixas, avaliaram as gerações em trezentos anos. Contaram de Menes a Setão onze mil trezentos e quarenta anos [...] O tempo, que deveria apontar a quem cabe a vitória, talvez só consiga tornar a disputa ainda mais indecisa (1978:32-33).

Portanto, o que Voltaire designava como curso ordinário da natureza corresponde às aquisições civilizadas que as sociedades conquistaram com o passar das épocas, fruto da necessidade dos povos de superar a condição de selvagem do ser humano. Porém, essa condição não deixa de ter uma presença constante no processo histórico, quando se observa que os excessos do exercício do poder da autoridade instituídos pelos valores para uma vida civilizada, reunida enquanto sociedade civil. Pois, é a mesma natureza humana, apesar de todas as transformações realizadas no espírito das nações, costumes, artes, leis, ciências, que ainda permanece após todo estado de mudanças na sociedade e na história. Então, Voltaire pretendia nos assegurar que a busca pela liberdade na história é condicionada por valores estabelecidos pelo poder temporal da autoridade do Estado e da Religião, já que ambos instituíram crenças e opiniões a respeito do que o homem deve, e do que não é possível realizar em sociedade.

Afinal, puderam os povos, e as épocas em que os mesmos viviam apresentarem acontecimentos e valores de uma sociedade selvagem, embora tenham realizado avanços úteis na busca da liberdade pelo homem – já que a história de povos civilizados e selvagens é útil para esclarecer o que realmente os homens realizam em sociedade na busca da liberdade. Por isso, entendemos que se na história, realidade e verdade não são idênticas, imutáveis e indiscerníveis, do ponto de vista do conhecimento humano, então,

os interesses do homem pela busca da liberdade na história também mudam, tanto no âmbito público como no privado. Mas, o que permanece sempre o “mesmo” na natureza humana, consiste na presença constante do civilizado no selvagem e do selvagem no civilizado. Por quê?

Devido à história nos mostrar que superstições, milagres, fanatismo, dogmas, “inquisições”, entre outras misérias humanas, foram uma constante na vida dos povos – principalmente, por causa do poder que leva os homens a estabelecer crenças e opiniões para organizar a vida em sociedade – que acabaram sendo legitimados pela autoridade do Estado e da Religião. Uma vez que, isto resulta da constituição dos valores e acontecimentos da história do espírito humano que define o caráter (selvagem/civilizado) da vida pública e privada do homem como ser sociável, segundo o tempo e o lugar que vive o homem, pois, os “povos são o que cada homem é em particular” (2007:104).

A investigação histórica para Voltaire reside na busca de conhecer no espírito dos povos, como a dialética entre poder e saber vai produzindo mudanças que constituem a vida pública e privada dos valores e acontecimentos da vida sociável dos homens. Neste sentido, a história do espírito humano deve nos esclarecer o quanto o homem é livre para expressar crenças e opiniões, perante a legitimidade do poder da autoridade do Estado e da Religião. Basta ver que para Voltaire, o tempo histórico é responsável por apresentar as condições em que vivem os povos, sendo que:

Respeitamos mais os mortos que os vivos. Devíamos respeitar tanto uns como outros. Os povos que se dizem civilizados têm toda razão em não porem os inimigos a assar no espeto; porque, se fosse permitido comer os vizinhos, depressa se comeriam também os compatriotas; o que seria grave inconveniente para as virtudes sociais. Mas os povos civilizados nem sempre assim o foram; durante muito tempo eram selvagens; e no número infinito de revoluções por que o nosso globo tem passado, o gênero humano ora foi numeroso, ora muito raro. Aconteceu já aos homens o que hoje em dia acontece aos elefantes, aos leões, aos tigres, cuja espécie tem diminuído muito. Nos tempos em que uma região era escassamente povoada, os homens tinham pouca sorte, eram caçadores. O hábito de se alimentarem normalmente com

aquilo que tinham morto na caça levou-os com facilidade a tratarem os inimigos como tratam os veados e os javalis. Foi a superstição que fez imolar vítimas humanas, foi a necessidade que as fez comer (1978:99).

Mas, então, por que mesmo ao se tornar civilizada uma sociedade não deixa de ser selvagem? Porque, para Voltaire, as leis do Estado e a Religião não foram freios infalíveis na constituição dos costumes e do espírito dos povos. Porque, por saber que o homem ao fundar a sociedade civil sempre procurou a liberdade de expressar crenças e opiniões, percebemos que o papel da autoridade do Estado e da Religião, constitui a causa pela qual a mudança ou permanência dos valores e acontecimentos da vida pública e privada dos povos corresponde às condições históricas que fazem do homem e do tempo tanto civilizado, como selvagem. Com isso, compreendemos que a história tem de ser crítica, no que diz respeito à reflexão sobre o exercício do poder pela autoridade, porque é dessa maneira que o historiador-filósofo deve distinguir no tempo e a favor do tempo presente o que é útil ao gênero humano.

Com o propósito de ter uma atitude *juste milieu* ao escrever a história, Voltaire em *A filosofia da história*, disfarçado sob o pseudônimo de abade Bazin, e também de sobrinho do abade, quando posteriormente contestou aqueles que fizeram ataques a sua obra, advertia aos historiadores que não consideram um núcleo racional ao refletir sobre a história, quando diz que “apreciava o maravilhoso, a ficção, em poesia; mas detestava-os na história” (2007:254). Já nos referimos anteriormente a esta tensão quando tratamos da dialética entre história e fábula, todavia, quanto à busca do historiador para escrever a história de modo autônomo, sem privilegiar menos a esfera pública do que o domínio privado, percebe-se que:

O verdadeiro erudito é que alimentou seu espírito com bons livros e que soube desprezar os maus livros; que sabe distinguir a verdade da mentira e o verossímil do quimérico; que julga uma nação mais por seus costumes que por suas leis, porque as leis podem ser boas e os costumes maus. Não apóia um fato incrível na autoridade de um antigo autor. Pode,

se quiser, mostrar a pouca fé que merece esse autor pelo interesse que esse escritor teve de mentir e pelo gosto do seu país pelas fábulas; pode mostrar que o próprio autor é um suposto autor. No entanto, o que mais o determina é quando o livro está cheio de extravagâncias; ele as reprova, olha com desdém para elas, quando quer que e pó quaisquer mãos que tenham sido escritas (2007:271).

Ao contrário, enunciou considerações sobre a história a partir de um núcleo racional na análise de relatos e fatos importantes e úteis para a vida do homem como ser sociável, apesar das calamidades assolarem os povos em todas as épocas e lugares. A história do gênero humano, tanto civilizado como selvagem, é improvável perante a busca de uma origem metafísica acerca do que o homem já foi e do que ainda vai ser. Entre essas incertezas que nos limitam conhecer definitivamente a origem de todo passado e do que será reservado ao futuro dos povos, Voltaire procura examinar o que é a liberdade humana, quando considera fundamental ao historiador apreender o que na história é verdadeiro e útil ao público, tanto ao público que forma o Estado, como os que lêem livros. Compreendia a Idade Média e as épocas passadas conforme o sentido crítico que atribuía à história, quando relacionada com a questão da liberdade humana:

Tudo o que se pode recolher do emaranhado da história da Idade Média é que no tempo dos romanos nosso universo conhecido dividia-se em homens livres e em escravos. Quando os eslavos, alanos, hunos, heiolos, lombardos, ostrogodos, vândalos, borguinhões, francos, normandos vieram dividir os despojos do mundo, não parece que a multidão de escravos tenha diminuído. Antigos senhores viram-se reduzidos à servidão, uma minoria acorrenta a maioria, como se vê nas colônias onde se empregam negros, e como se pratica em mais de um gênero [...] A escravidão é tão antiga quanto a guerra, e a guerra tão antiga quanto a natureza humana (1978:165).

Portanto, as crenças e opiniões que o poder do Estado e da Religião legitimou na história como valores para a vida do homem em sociedade,

podem contrariar o interesse público em detrimento do interesse exclusivamente privado. Há uma atuação diretamente no domínio público, pois como nos mostra, existem mudanças úteis que constituem o progresso do espírito das nações, negligenciadas pelas vontades individuais que se sobrepõem ao domínio público dos interesses humanos.

Neste caso, compreendemos que Voltaire considera a investigação histórica como uma busca inesgotável em direção ao conhecimento da história verdadeira e do tempo presente no espírito humano. Para realizar a conquista do tempo presente de constituição dos costumes e do espírito das nações, apresentou uma visão que se distingue entre história dos relatos e história dos fatos, já que a história como produto da ação humana é relato dos fatos ou acontecimentos, como se encontra definida no verbete “história” do *Dicionário filosófico*. Assim sendo, adiante, é fundamental compreender porque a história deve ser vista a partir da conquista do tempo presente como nos assevera Voltaire.

4.2 A CONQUISTA DO TEMPO PRESENTE

A perspectiva de pensar a história como crítica do poder da autoridade do Estado e da Religião consiste em compreendê-la a partir de um núcleo racional, que constitui a história do progresso do espírito humano para Voltaire. De acordo com a perspectiva proposta por Maria das Graças de Souza em *Ilustração e história: o pensamento sobre a história no Iluminismo francês*, a idéia de progresso serve para refletir a história através do conhecimento das causas e resultados do processo civilizador. Para isso, procura aproximar o pensamento voltairiano da história com o nascimento da ciência moderna, ao considerar o domínio da natureza pela atividade científica.

Dessa maneira, investiu em construir as linhas de força que perpassam a visão filosófica que Voltaire tem da história, e propõe uma maneira própria de entender o que é a filosofia da história, diferentemente do significado que pensadores posteriores a Voltaire, principalmente alemães, atribuíram à

expressão usada pela primeira vez pelo filósofo francês. Chama atenção à importância da perspectiva proposta para refletir a história a partir de uma visão intelectual e cultural do gênero humano, tendo em vista a certeza e utilidade do conhecimento histórico para o tempo presente do homem.

Mas a filosofia da história de Voltaire não é apenas a laicização da história linear de matriz agostiniana, ou uma mera transposição de categorias cristãs para o plano do profano. Efetivamente, sua reflexão sobre a história opera com outras categorias. Em primeiro lugar a história é para Voltaire a trajetória da civilização, entendida aqui como o conjunto dos desenvolvimentos produzidos pelo homem nas artes, nas ciências, nas técnicas, e, além disso, das transformações espirituais e morais que acompanharam esses desenvolvimentos (2001;114).

Quanto às possibilidades do homem realizar na história os valores da civilização, Maria das Graças de Souza considera que a idéia de progresso não tem uma garantia de realização em absoluto em todas as épocas e em todos os lugares, já que “o fim para o qual se orienta a história, e que seria uma organização da sociedade a partir dos valores que a razão estabelece, é sempre condicionado” (2001:150). A perspectiva de Maria das Graças de Souza reforça a nossa compreensão de que o historiador deve ver no progresso, o valor que serve de juízo crítico do processo histórico e do modo como a história é considerada por Voltaire. A história enquanto conhecimento dos relatos e fatos da vida humana deve mostrar realmente as condições da vida civilizada e selvagem do gênero humano, entre suas certezas e dúvidas para a vida em sociedade, entretanto:

Em princípio, esta trajetória linear tem uma direção definida, que seria a realização, nas sociedades humanas, dos valores estabelecidos pela razão. Trata-se portanto de uma visão intelectualista e cultural da história humana. Contudo, não há de antemão uma garantia de que esta trajetória se realize de maneira regular, muito menos de que os fins racionais sejam necessariamente atingidos. As recaídas na barbárie sempre

podem acontecer. Depende da ação dos homens, e sobretudo dos filósofos e letrados, impedir estas recaídas e contribuir para que os fins estabelecidos pela razão se concretizem. Nesta perspectiva, os grandes séculos seriam monumentos privilegiados que possibilitam vislumbrar, no espírito de um povo, os sinais da realização possível das metas racionais (2001:114).

O próprio Voltaire apontava os séculos em que o espírito humano mais se aperfeiçoou no processo histórico, tomando, sobretudo a invenção da escrita como sinônimo de progresso do espírito humano. São quatro, as épocas que Voltaire considera como as que mais progrediram os costumes e o espírito das nações, porém, observa que não deixaram de acontecer misérias e calamidades nestes tempos de realizações virtuosas para o gênero humano. A Grécia, da época de Alexandre e Aristóteles, e Roma, dos tempos de César e Cícero, se destacam como os períodos em que o espírito humano mais progrediu na história antiga. Já entre as nações modernas, Voltaire destacava a Itália dos governos republicanos do século XV, tendo à frente os Médici de Florença; e também, a França do século de Luís XIV. Este último século visto como o que mais se aproximou da perfeição.

A teoria dos quatro séculos²⁴ proposta por Voltaire a respeito da história do progresso do espírito humano ilustra a medida dos valores e acontecimentos que servem de emulação para identificar a história com a natureza humana e as condições sociais de vida civilizada dos povos. Todavia, a atitude crítica de Voltaire em relação ao passado do homem, e que constitui o pano de fundo para pensar a certeza e utilidade da história para o tempo presente, é de examinar a contribuição que o poder temporal da autoridade tem para promover o progresso dos costumes e do espírito dos povos, que pertence ao domínio público dos acontecimentos humanos, mesmo que as mudanças sejam promovidas a partir do âmbito privado, como o caso dos chineses. Quanto ao poder da crítica na compreensão das causas e efeitos que

²⁴ Para Marcos Antônio Lopes, a teoria dos quatro séculos “parece camuflar uma concepção de cronologia que não é nova na Europa, datando da Renascença [...] Não há ruptura verdadeira no interior das duas grandes épocas, porém, há um abismo entre elas” (2001:87-88).

mudaram a vida dos homens em sociedade em direção da civilização, Voltaire nos assegurou que:

o *espírito da crítica*, cansado de perseguir apenas os particulares, tomou por objeto o universo inteiro [...] Eis um objeto para a curiosidade de qualquer pessoa que queira estudar a história como cidadão e filósofo (1957:48).

Aliás, vimos que é possível conhecer as forças que mantêm constante as realizações da natureza humana em busca da liberdade na história. Do ponto de vista da escrita da própria história da vida humana em sociedade, o historiador-filósofo deve dar conta de perceber em meio às diferenças do gênero humano no tempo e no espaço, o que existe de semelhanças para que possamos pensar a história como produto da atividade humana, e não da providência divina ou de um destino cego e inalterável.

O programa da história nova, atribuído por Jacques Le Goff à escola dos Annales, vê Voltaire como um dos precursores da nova concepção moderna da história surgida no século XVIII. Le Goff coloca Voltaire entre os “pais da história nova”, além de Chateaubriand, Guizot e Michelet, historiadores do século seguinte, que inovaram rumo ao que denomina como história nova²⁵. Le Goff assume esta filiação por entender que Voltaire definiu, inicialmente, o projeto da história nova ao nortear a base das investigações dos historiadores contemporâneos do século XX.

No entanto, além da “escola dos Annales”, a história nova pode reivindicar alguns dos maiores nomes da história desde o século XVIII [...] História econômica, demográfica, história das técnicas e dos costumes, na apenas história política, militar, diplomática. História dos homens, de todos os homens, não unicamente dos reis e dos grandes. História das estruturas, não apenas dos acontecimentos. História em movimento, história das evoluções e das transformações, não história estática, história quadro. História explicativa, não história

²⁵ Percebemos um caráter extremamente “francocêntrico” de Le Goff diante da concepção moderna de história, apesar da diversidade de pensadores que forjaram uma mudança de conteúdo do conceito, doravante de caráter universal.

puramente narrativa, descritiva – ou dogmática. História total, enfim... Esse programa da história nova, que tem mais de dois séculos, vai ser retomado por Chateaubriand e Guizot, na primeira metade do século XIX (2005:51-52).

A importância que Voltaire atribuiu ao dever do historiador com a reflexão sobre a história humana voltada para o tempo presente, resultou em compreendermos a crítica como um instrumento de combate ao poder temporal da autoridade do Estado e da Religião, utilizado para escrever a história em termos modernos, já que isto significa escrever a história com espírito filosófico.

Portanto, para submeter à história ao crivo da crítica, Voltaire busca afirmar que é preciso entrever na história as mudanças e permanências que estabeleceram as condições na sociedade, para realizar os valores e acontecimentos da civilização no domínio público, e que consiste na busca do homem e da liberdade no “mundo como está”. Esta expressão é uma referência ao título de um conto filosófico de Voltaire, denominado *O mundo como está – Visão de Babuc, escrita por ele próprio*, que como muitas de suas narrativas, conta a história de um personagem viajante que assiste de maneira perplexa aos conflitos existentes no curso dos acontecimentos humanos.

Depois de compreender que a questão da liberdade é o pano de fundo pelo qual Voltaire enuncia suas considerações sobre a história, é possível afirmar que as condições que fazem do homem um ser livre dependem da marcha de aperfeiçoamento que constitui os costumes e o espírito dos povos.

Por último, vamos abordar a importância que a liberdade humana tem para a reflexão do historiador, tendo em vista que a conquista do tempo presente pelo homem no século XVIII, ou da história propriamente dita, possibilita pensar o presente como ponto de chegada para saber o que é a liberdade humana no “mundo como está”. Vale salientar que, para pensar a história como crítica ao poder da autoridade do Estado e da Religião, Voltaire definiu que em toda parte a natureza humana é sempre a mesma em busca da liberdade.

4.3 A LIBERDADE HUMANA NO “MUNDO COMO ESTÁ”

O intuito de abordar a questão da liberdade humana em consonância com a reflexão sobre a história em Voltaire reside na compreensão da história a partir da realização dos valores e acontecimentos estabelecidos pelo espírito humano na busca pela liberdade, que dependem, intrinsecamente, da natureza humana e das condições históricas que se encontram os povos no decorrer das épocas e dos lugares em que viveram em sociedade. Consequentemente, o conhecimento histórico deve nos dar respostas a respeito dos valores e acontecimentos da vida dos homens em sociedade, ao demonstrar como a dialética entre poder e saber é responsável pelas mudanças que constituem os costumes e o espírito dos povos civilizados e/ou selvagens.

Em *Voltaire, par lui-même*, René Pomeau realiza uma análise profunda da vasta obra de Voltaire, em sintonia com a influência que sua vida pessoal teve em seus escritos, como no combate público da intolerância religiosa do Estado manifestado de modo sentencioso no conhecido mote: “*Esmagai à infâmia*”. Ou mesmo na intervenção militante do caso da família Calas, que foi acusada e julgada em Toulouse pelo assassinato de um dos filhos, por este último ter se convertido ao catolicismo. Ambos fazem parte dos *affaires* vividos por Voltaire, que influenciaram na maneira como estabeleceu sua visão da liberdade humana na história.

No entanto, a perspectiva de pensar a história como crítica a serviço da liberdade humana, consiste na importância que a história ocupa em meio aos vários gêneros literários escritos por Voltaire, sobretudo, pela virulência que combate o poder da autoridade que não contribuía para a liberdade do ser humano. Aliás, existem ressonâncias desta preocupação no conjunto de sua obra, como já mencionamos, e em suas correspondências²⁶. Estas últimas constituem comentários entre Voltaire e seus correspondentes a respeito de

²⁶ Para o estudo da concepção de história nas cartas de Voltaire, utilizamos *Voltaire à travers sa correspondance*, mas especificamente a parte referida as cartas que tratam da temática em questão, anotada e comentada por Guillaume Picot. Este último coloca a história em Voltaire como o pensador que “funda a história moderna ao designar como objetos os fatos da civilização: a economia, a técnica, as criações artísticas, os fenômenos religiosos” (1973:139).

diversos assuntos, entre os quais destacamos como referências cartas em que se encontram discussões sobre a história, principalmente, onde avaliava os objetivos de suas obras históricas e o impacto de suas considerações a respeito da história dos povos e dos historiadores. A seguir, segue um trecho de uma carta, em que Voltaire observou as condições sociais da liberdade dos povos em relação à escrita da história entre os franceses.

A semiliberdade com que se começa a escrever na França não passa ainda de grilhões vergonhosos. Todas as vossas grandes Histórias da França são diabólicas, não somente pelo fundo árido e acanhado, mas porque os Daniel são mais acanhados ainda. É bem tolo preconceito pretender que a França tenha sido alguma coisa no mundo desde Raul e Eudes até Henrique IV e o grande século de Luís XIV. Éramos uns bárbaros idiotas em comparação com os Italianos, no terreno de todas as artes. Não temos mesmo, senão de uns trinta anos para cá, aprendido um pouco de boa filosofia com os Ingleses. Nenhuma invenção existe vinda de nós. Os Espanhóis conquistaram um novo mundo; os Portugueses encontraram o caminho das Índias pelos mares da África; os Árabes e os Turcos fundaram os mais poderosos impérios; meu amigo o czar Pedro criou em vinte anos um império de duas mil léguas [...] Julgai, depois disto, se a história é uma bela coisa para ser tratada amplamente e para se ler (1964:366-367).

Com isso, é preciso evidenciar que o pensamento histórico proposto por Voltaire visa entrever nas revoluções que ocorrem com o gênero humano, os valores e acontecimentos que promovem o progresso da vida em sociedade, sem, contudo, esquecer dos testemunhos que lembram ações cometidas pela maldade humana.

A relevância de ver na crítica a medida para compreender os prós e os contras da história humana, possibilita compreendê-la como meio para superar o abandono do espírito humano a preconceitos, superstições, fanatismos, tiranias, que marcam o processo histórico. Como o que ocorreu na França no século XVI, na chamada “noite de São Bartolomeu”, onde vários protestantes

foram mortos nas ruas de Paris, devido à perseguição religiosa autorizada pelo rei Carlos IX contra os adeptos das religiões reformadas.

O importante é perceber que sendo a questão da liberdade o pano de fundo de toda história considerada por Voltaire, logo, o interesse pela crítica do poder temporal da autoridade do Estado e da Religião, também repercute na liberdade que o escritor possui para compreender a autoridade de acordo com a construção narrativa e crítica da história. Neste sentido, compreendemos que o movimento da narrativa crítica e histórica, também está presente nos contos filosóficos de Voltaire. Pois, de acordo com Starobinski, em *As máscaras da civilização*, a questão da liberdade para Voltaire não se encontra elevada e acima de uma consciência da realidade finita, como uma substância imutável que detém o seu reinado de maneira separada do processo histórico. Ao contrário, ao analisar o estilo filosófico do *Cândido*, Starobinski propõe a leitura de uma narrativa histórica construída acerca de valores e acontecimentos que desafiam qualquer afirmação absoluta a respeito das causas primeiras e finais que dirigem o mundo dos homens.

Contra uma metafísica que postula a presença eterna (insuficiente percebida por nós) de um sentido global do universo, Voltaire ergue uma razão que vê faltar por toda parte a clareza requerida, e que, nessa falta mesma, nesse déficit escandaloso de sentido, encontra o excitante de uma atividade militante [...] Toda análise deve necessariamente se referir ao conceito de autoridade, se pretende apreender não apenas o estilo do *Cândido*, mas também sua aposta (2001:126-129).

A análise realizada por Starobinski corrobora a compreensão da concepção de história em Voltaire como crítica do poder da autoridade em geral, não apenas no âmbito da intervenção do Estado e da Religião, mas de toda dominação que é contrária e que limita as condições humanas na busca pela liberdade, tanto no domínio público como no privado. Ainda sobre os alvos da crítica, Starobinski afirma que com Voltaire:

A narrativa adquire o sentido de uma destituição geral, que atinge não apenas os detentores da autoridade civil e religiosa, mas a autoridade como tal, isto é, o que funda em legitimidade o exercício do poder [...] A partir daí, Deus recua para uma distância insondável, e o homem é abandonado a si mesmo, só, sem o conforto da ordem universal, exposto às “convulsões da inquietude” ou à “letargia do tédio” (2001:131-136).

Portanto, fica claro que não podemos pensar a história sem levar em conta que a relação entre poder e saber constitui o núcleo racional, pelo qual Voltaire considerava sentimentos e pensamentos do ser humano na busca pela liberdade, tendo em vista a crítica do poder da autoridade, pois na história “tudo é variação no Estado e na Igreja” (2007:52).

Mas, nem por isso, compreendemos que Voltaire com esta afirmação propõe uma visão relativista da história, sobretudo, porque o conhecimento histórico traz à tona como é realmente a natureza humana. Em *O mal-estar na modernidade*, Sérgio Paulo Rouanet demarca com clareza este impasse, quando aponta à crítica moderna de Voltaire à desordem sancionada pela atuação do poder da autoridade no decorrer da história.

Apesar de conscientes, pela história antiga e pelas descrições de viagem, da grande diversidade dos usos e costumes, tanto no tempo como no espaço, os filósofos escaparam ao relativismo, traçando uma diferença entre natureza e costume: este era o reino da variedade empírica; aquela, o reino da uniformidade – um mínimo de princípios e regras universais, comuns a todos os homens. Colocando-se no plano da natureza, e não do costume, Voltaire pôde dizer, sem absurdo manifesto, que só existia uma moral, como só existia uma geometria (1993:137).

Por último, é preciso salientar que após ter compreendido a história em Voltaire como crítica do poder temporal da autoridade do Estado e da Religião, no âmbito público e privado dos valores e acontecimentos da vida do homem como ser sociável, fica evidente que o intuito de pensar a história a partir da

dialética entre poder e saber, tendo em vista a busca do homem pela liberdade, nos leva a perceber no pensamento de Voltaire que é de maneira crítica que podemos saber na história humana, não como tudo está no mundo, mas como está o mundo, devido aos limites da natureza humana.

A história deve ser conhecida pelas causas e efeitos produzidos e conhecidos pela atividade humana no mundo, e não supostamente pela revelação do que o mundo foi no início e do que será no fim.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

E eis justamente como se escreve a história.

Voltaire

O enfoque de três aspectos ou significados utilizados para refletir sobre a concepção de história em Voltaire, nos conduz a compreensão do problema segundo o propósito de pensá-lo como relato ou narrativa crítica a respeito da liberdade humana. E, devido a isso, dedicamos cada um dos três capítulos do trabalho realizado aos respectivos significados do enfoque, que utilizamos para compreender o sentido filosófico do conceito em questão.

A história é escrita por Voltaire como crítica do poder da autoridade que serve de obstáculo ao progresso ou marcha do espírito humano. O elo que proporciona a articulação realizada para compreensão do conceito de história, tem como resultado a importância que os significados possuem para a definição do sentido filosófico da história no pensamento de Voltaire.

No entanto, já que o objetivo consistiu em compreender a concepção de história em Voltaire, podemos perceber que a questão ganha mais relevância, quando também se pergunta a respeito da definição da natureza humana. Que possibilitou um longo debate filosófico entre várias correntes de pensamento no Iluminismo, em torno da pergunta sobre o que é ser humano.

No caso específico de Voltaire, devido ao sentido temporal da existência humana, é necessário compreender o homem como um ser histórico, e com isso, social. Por esta razão, sendo a noção de tempo, e também de espaço, demarcados pela causalidade histórica do fato do ser humano existir em sociedade, compreendemos que os valores e acontecimentos da vida do homem como ser histórico e sociável, tanto no âmbito público como privado, contribuem para pensar acerca da natureza humana, segundo o ponto de vista de coexistência do selvagem no civilizado e do civilizado no selvagem através da história das sociedades.

Em meio ao nosso propósito, residiu o intuito de definir a história em Voltaire, como fundamento dialético para compreender o progresso do espírito humano, por intermédio das tensões entre história e fábula, verdade e falsidade, selvagem e civilizado, apontadas na constituição das sociedades no decorrer do processo histórico. Vimos que a preocupação de Voltaire com a natureza do homem vai além da ordem/desordem estabelecida pelo poder temporal da autoridade do Estado e da Religião. A própria liberdade do homem que escreve ou relata a vida dos homens em sociedade, pode ser colocada em questão.

Devido ao pressuposto dialético que constitui a natureza humana, a atuação do historiador-filósofo segue condicionada pela história e pela sociedade em que o mesmo vive. A metáfora utilizada por Starobinski para apresentar o pensamento dialético voltairiano, denominada o *fuzil de dois tiros*, exprime bem as contradições do campo das experiências humanas e do conhecimento adquirido pelo homem sobre a história das sociedades.

O sentido filosófico da concepção de história em Voltaire deve nos remeter a uma reflexão que articule o espírito crítico sobre as narrativas do tempo histórico, produzidas pelas diversas sociedades. E que, aliado a isso, não perda de vista a visão de Voltaire sobre a liberdade humana, sobretudo porque a história é pensada em consonância com o que faz do homem um ser livre. Portanto, compreendemos que a busca da liberdade de pensamento pelo homem é expressa por Voltaire através do progresso do espírito humano.

REFERÊNCIAS

ARISTOTELES. **Poética**. Tradução de Baby Arão. Nova Cultural: São Paulo, 2000.

CASSIRER, Ernest. **A filosofia do iluminismo**. Unicamp: São Paulo, 1994.

FORTES, Luiz R. S. **O iluminismo e os reis filósofos**. Brasiliense: São Paulo, 1981.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova**. Tradução Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 13-80,

KOSELLECK, Reinhart. **Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos**. Palestra transcrita, traduzida e editada por Manoel Luiz Salgado Guimarães, Estudos Históricos, vol.5, nº 10, p. 134-146, 1992.

_____. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Tradução Luciana Villas-Boa Castelo-Branco. EDUERJ: Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. 5 Ed. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 32-90

LEPAPE, Pierre. **Voltaire: nascimento dos intelectuais no século das Luzes**. Tradução Mario Pontes. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1995.

LOPES, Marcos Antônio. **Voltaire historiador: uma introdução ao pensamento histórico na época do Iluminismo**. Papirus: Campinas, 2001.

LÖWITH, Karl. **O sentido da história**. Tradução Maria Georgina Segurado. 70 ed. Rio de Janeiro.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de filosofia**. Tradução Roberto Leal e Álvaro Cabral. Martins Fontes: São Paulo: 1993.

POMEAU, René. **Voltaire par lui-memê**. Éditions du Seuil : Paris, 1955.

ROUANET, Sérgio Paulo. Ilustração e modernidade. In: **Mal-estar na modernidade**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Maria das Graças. **Ilustração e história**: o pensamento sobre a história no Iluminismo francês. Discurso Editorial: São Paulo, 2001.

_____. **Voltaire**: a razão militante. São Paulo: Moderna, 1993.

STAROBINSKI, Jean. O fuzil de dois tiros de Voltaire In: **As máscaras da civilização: ensaios**. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VOLTAIRE. Cartas inglesas; Tratado de metafísica; Dicionário filosófico In: VOLTAIRE. **Cartas inglesas; Tratado de metafísica; Dicionário filosófico; O filósofo ignorante**. Seleção e tradução de textos Marilena Chauí... (et al.) 2 ed., São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores)

_____. **A filosofia da história**. Tradução Eduardo Brandão. Martins Fontes: São Paulo: 2007.

_____. **Cândido ou o Otimismo**. Tradução Maria Ermantina Galvão, 3 ed. Martins Fontes: São Paulo: 2003.

_____. **Contos e novelas**. Tradução Mario Quintana. Globo: São Paulo, 2005.

_____. **O pirronismo da história.** Tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar. Martins Fontes: São Paulo: 2007.

_____. **Oeuvres historiques.** Édition Présentée, Établie et annotée par René Pomeau. Gallimard : Paris, 1957. p.7-49

_____. **Seleções.** Tradução J. Brito Broca, Volume XXXII, São Paulo: W.M. Jackson Inc, 1964.

_____. **Voltaire à travers sa correspondance.** Ed. anotada por Guillaume Picot. Libraire Larousse: Paris,1973.